PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023

CONTRATANTE (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA)

(SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MERENDA)

OBJETO -Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (ESTIMADO): R$ 1.758.764,90

DATA DA SESSÃO PÚBLICA (DISPUTA): Dia 08/11/2023 às 09h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:[Menor Preço Por Item]

MODO DE DISPUTA: [Aberto ]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

(LICITAÇÃO COM COTAS ABERTAS E RESERVADAS)

**SUMÁRIO**

1. [DO OBJETO 4](#_bookmark0)
2. [DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 5](#_bookmark1)
3. [RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO 5](#_bookmark2)
4. [DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO 5](#_bookmark3)
5. [DO SISTEMA DE CONTRATAÇÃO](#_bookmark5)………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………6
6. [DAS COTAS DISTRIB, CONF ART. 48 INC. III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014](#_bookmark6) [(Quando da utilização de COTAS)………………………………………………………7](#_bookmark6)
7. [DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO 7](#_bookmark7)
8. [DA PARTICIPAÇÃO 8](#_bookmark8)
9. [DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 8](#_bookmark9)
10. [DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA 10](#_bookmark10)
11. [DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 11](#_bookmark11)
12. [DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA 15](#_bookmark13)
13. [DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO 16](#_bookmark14)
14. [DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO 21](#_bookmark15)
15. [DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL 26](#_bookmark16)
16. [DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 28](#_bookmark17)
17. [DA ASSINATURA DO CONTRATO 29](#_bookmark18)
18. [DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO 29](#_bookmark19)
19. [DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO](#_bookmark20) [OBJETO DA LICITAÇÃO……………………………………………………..29](#_bookmark20)
20. [DA FORMA DE PAGAMENTO 30](#_bookmark21)
21. [DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES 31](#_bookmark22)
22. [DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 31](#_bookmark23)
23. [DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 33](#_bookmark24)
24. [DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII) 33](#_bookmark25)
25. [DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 33](#_bookmark26)

[ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 36](#_bookmark27)

[ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL FINAL 62](#_bookmark28)

[ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2023 87](#_bookmark29)

[ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE / NOMEAÇÃO DE](#_bookmark30) [REPRESENTANTE LEGAL 98](#_bookmark30)

[ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO……………………………………..101](#_bookmark31)

[ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE 102](#_bookmark32)

[ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE 103](#_bookmark33)

[ANEXO VIII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO 104](#_bookmark34)

[ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL................................................106](#_bookmark35)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 020/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 531/2023**

**LEI 14.133/2021**

EDITAL PREVÊ COTAS COTAS RESERVADAS PARA MEI / ME / EPP

DATA DE ABERTURA: 08/11/2023

HORÁRIO DA DISPUTA: 09h30min

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA DISPUTA: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br/) (Acesso Identificado)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA-SP, CNPJ Nº 46.634.283/0004/24, na pessoa do senhor ALESSANDRO MENDES RODRIGUES, usando das competências delegadas como Prefeito Municipal de IPORANGA , TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta, nesta unidade uma licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM; objetivando a Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços).

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e artigo 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações posteriores.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e ANEXOS, que dele fazem parte integrante.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 09h00 min. do dia 08/11/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30 min. do dia 08/11/2023

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

A sessão de processamento do pregão eletrônico será realizada no seguinte local e endereço: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br/) “Acesso Identificado no link – licitações públicas”, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

A programação acima e seus respectivos horários poderão sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. O Pregoeiro informará previamente a mudança da programação e dos horários para ciência de todos os participantes.

Caso não seja possível finalizar a etapa de lances no dia 08/11/2023, a continuação dos trabalhos será programada em dias posteriores, a serem reprogramados até a finalização dos lances, seguido da declaração do vencedor de cada item.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. **DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1. **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através de Plataforma de Pregão Eletrônico.

- Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro indicado pela Portaria nº 14.497, de 20 de março de 2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico. Este pregão será realizado na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL [(www.bll.org.br](http://www.bll.org.br/)).

- O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações posteriores, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

1. **RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

2.1. A CONTRATADA deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

# DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

* 1. - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente e compatível ao objeto da contratação que preencherem a todas as exigências constantes deste Edital.
  2. - Para os itens 203 até o item 253, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)
     1. - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
  3. - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16) para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) [2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

# – Não poderão disputar esta licitação:

* + 1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
    2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
    4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
    7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
    8. agente público do órgão ou entidade licitante;
    9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
    10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art9§1) [do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art9§1)
  1. O impedimento de que trata o item [4.4.4](#_bookmark4) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
  3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
  4. O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
  5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)
  6. A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
  7. Poderão participar deste Pregão Eletrônico às empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Plataforma de Pregão Eletrônico.
  8. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e início do pregão.
  9. A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de funcionamento/utilização;
  10. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

1. Termo de Credenciamento (instrumento particular de mandato), declarando cumprir as exigências do Edital, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão, conforme modelo do Anexo IV;
2. inserção no sistema do valor inicial de cada item e a despectiva marca do produto (digitando “produto sem marca” quando for o caso, ex. serviços).
   1. De acordo com a súmula 13/2008 STF, é vedada a participação de Pessoa Física ou Jurídica que, dentre seus dirigentes, sócios ou responsáveis legais, possua grau de parentesco com ocupante de cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento na Administração Direta ou Indireta do Município de IPORANGA /SP.
3. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA/DO FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO**

5.1. no sistema de registro de preços não há necessidade de constar no edital a dotação orçamentária.

5.2. Os pedidos serão feitos de forma parcelada pelo Setor de Compra/Empenho, conforme a necessidade da Secretaria requisitante.

1. **DAS COTAS DISTRIBUÍDAS, CONFORME ART. 48 INC. III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014** 
   1. Da cota principal:
      1. – COTA ABERTA para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” ou “Microempreendedor Individual - MEI” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.
      2. – Para esta cota principal permanecerá o direito de preferência para as ME (Microempresas), EPP (Empresa de Pequeno Porte) e MEI (Microempreendedor Individual), conforme estabelece o Art. 44 § 2º da Lei Complementar 123/2006 e subitem 13.21.1 do item 13 do presente edital.

# Da cota reservada:

6.2.1.- COTA RESERVADA por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” ou “Microempreendedor Individual - MEI”, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar n° 147/2014.

* + 1. Da Aplicação do Inciso II da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014
    2. Não será aplicado os Arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 quando “*não houver um mínimo de 3 (três) CONTRATADO es competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório*”, ficando desta forma, condicionado o caráter de exclusividade, com a efetiva participação de no mínimo 03 (três) empresas em condições para os itens/lotes reservados para ME/EPP.
    3. Caso não seja obtido o número mínimo de 03 (três) empresas em condições de efetiva competição, para algum item/lote reservado com exclusividade para ME/EPP, o mesmo terá prosseguimento mesmo com número inferior de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previstos na legislação, desde que o valor alcançado seja compatível com os orçados pela Administração. O item/lote será considerado FRACASSADO caso não alcance preços compatíveis com os orçados pela Administração.’

# DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

* 1. - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.14 “a”, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações na Plataforma de Pregão Eletrônico.
  2. - A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de participação direta/credenciado, a qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
  3. - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
  4. - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Plataforma de Pregão Eletrônico.
  5. - Serão de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Plataforma de Pregão Eletrônico a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
  6. - O credenciamento da CONTRATADA e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
  7. A título de sugestão, o Edital traz em seu ANEXO IV, modelo de credenciamento.

# DA PARTICIPAÇÃO

* 1. - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
  2. - Caberá aa CONTRATADA acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
  3. - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
  4. - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida diretamente junto a Plataforma de Pregão Eletrônico utilizada no presente edital.

# DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

* 1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
  2. O envio da proposta e do catálogo (quando solicitado), acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
  3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
  4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
  6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
  7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
  8. A não inserção dos documentos acarretará na INABILITAÇÃO do licitante.
  9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Neste caso será concedido o prazo de até 03 (tres) dias, a contar da data da sessão pública, para envio da documentação em envelope fechado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, situados na Praça Padre Caiaffa, nº 70, Alto do Coqueiro, na cidade de IPORANGA , Estado de São Paulo, CEP 18.330-000 em horário de expediente.
  10. Em havendo necessidade de entrega de documentos nos termos do item 9.9 a sessão pública será suspensa.
  11. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
  12. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
  13. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
  14. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
      1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
      2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição;](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm#art7)
      3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) [IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)
      4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  15. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16)
  16. A CONTRATADA enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3° da Lei](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art3) [Complementar nº 123, de 2006,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art3) estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art42) observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art4§1)
      1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (quando houver), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
      2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  17. A falsidade da declaração de que trata os itens 9.14 ou 9.16 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) [14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) e neste Edital.
  18. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação e a proposta inicial dos licitantes convocados para apresentação de propostas atualizadas, após encerrada a fase de envio de lances.
      1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, será de R$ 0,01 (hum centavo) em relação a cada item disputado.
      2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
  19. O valor do preço de referencia não possuirá caráter sigiloso para os demais CONTRATADO es e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

# DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

* 1. – As propostas serão apresentadas de duas formas distintas, sendo a primeira cadastrada diretamente no sistema eletrônico e a segunda, sendo a proposta atualizada/ readequada a ser apresentada pela empresa vencedora de cada item, após a finalização da fase de lances.

# – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

* + 1. - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
       1. - O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser efetuado por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema/digitação de proposta, devendo conter o valor unitário/total, a validade da proposta, as especificações, as marcas e os modelos dos produtos ofertados de acordo com o solicitado nas especificações dos produtos para cada item deste edital (Termo de Referência – Anexo I). A não inserção de arquivos e/ou as informações acerca das especificações, das marcas e os modelos dos produtos, não estiverem presentes ou divergirem do solicitado nas especificações do Termo de Referência - Anexo I para cada item deste edital, implicará na desclassificação da empresa licitante, face à ausência de informações suficientes para classificação da proposta.
    2. - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
    3. - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
    4. - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
    5. - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
    6. - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
    7. - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
    8. - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
    9. - Não será obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens, podendo a licitante apresentar proposta somente para os itens de seu interesse.
    10. - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista para cada item, ou a cotação parcial de um item deste Edital.
    11. - As licitantes poderão incluir nas respectivas propostas informações adicionais, catálogos, ou quaisquer outros elementos elucidativos sobre a mesma.
        1. - As informações (conforme item 10.2.1.1 do Edital) deverão ser compatíveis com as descrições do Termo de Referência – Anexo I.
    12. - Prazos de entrega/Prestação de Serviços: Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.
    13. - Forma de entrega: a entrega dos produtos cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, pelo período de 12 (doze) meses, será PARCELADA e deverá ser solicitada mediante apresentação de empenho e/ou pedido expedido pela seção competente da CONTRATANTE .
    14. - Locais de entrega: Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

# - Para os efeitos da descrição a ser feita, nos termos da cláusula 10.2.1.1 do edital, o concorrente deverá considerar que as referências dos produtos, assim como algumas características mais específicas, eventualmente encontradas nas especificações técnicas, são meramente descritivas, e não restritivas. O concorrente poderá apresentar modelos, marcas ou catálogos alternativos, desde que comprove, de forma satisfatória ao ÓRGÃO LICITANTE, que o bem que oferece é substancialmente equivalente ou superior ao requerido na cláusula primeira deste edital.

* + 1. - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
    2. - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos e, uma vez aberta, a proposta se achará vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte da proponente.
    3. - Os itens/marcas/modelos cotados nas propostas das licitantes deverão ser de 1ª qualidade, novos e originais, bem como deverão atender as especificações técnicas, e os prazos de garantia de fábrica.
    4. - Na hipótese do licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema importará esse regime dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do licitante sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
    5. - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Decorridos esses prazos, sem convocação para assinatura DO CONTRATO ou retirada de documento equivalente, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
    6. - É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão eletrônico, sob pena de desclassificação de sua proposta.
    7. - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas

# DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

* 1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
  2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, dentro da data e horário limite para cadastro da proposta, encerrado o período de cadastro da proposta e documentos na plataforma, nenhuma alteração poderá ser feita.
     1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
     2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
     3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
  3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
  5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
  7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
  8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
  10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
  11. O forma disputa para o presente pregão será no modo “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
      1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
      2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
      3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
      4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
      5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
      6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
      7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
      8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
      9. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
      10. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
  12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
  14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
  16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art44) [123, de 2006,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art44) regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm)

* + 1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
    2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
    3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
    4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
    5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
    6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
  1. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

# DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

* 1. - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, bem como o catálogo do equipamento ofertado (quando for caso).
  2. - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
     1. - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  3. - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
  4. - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
  5. - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
  6. - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificadamente do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
     1. - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta
     2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de XX (XXXX) dias úteis contados da solicitação.
     3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
     4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
     5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
  7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
  8. - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
  9. - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
     1. - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
     2. - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  10. - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
  11. - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

# DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

* 1. – Na data, horário e local indicados no preâmbulo e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública virtual do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
     1. - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS, sendo desclassificadas as propostas:

1. Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
3. Cuja proposta não atenda à especificação do Edital, ou as informações adicionais (conforme item 10.2.11. do Edital, “quando houver”) sejam divergentes das descrições do Termo de Referência;
4. contiver vícios insanáveis;
5. Não atenderem às disposições do Edital ou consignarem vantagens ou condições nele não previstas;
6. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
7. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
8. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
9. As propostas que apresentarem mais de um produto por item/lote ou mais de um preço por produto.
   * 1. - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
     2. - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
     3. - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
     4. – No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduzirão ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários.
   1. - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
10. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
11. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
    * 1. - Para efeito de seleção será considerado o MENOR PREÇO POR ITEM.
    1. - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos CONTRATADO es deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
    2. - Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
    3. - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
    4. - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
    5. - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Assim, com o retorno da atuação do Pregoeiro ao certame (quando possível), todos os lances efetuados pelos licitantes serão considerados válidos, não acarretando em prejuízos aos atos realizados.
       1. - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
    6. - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
    7. - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
    8. - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
       1. - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.
    9. - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
    10. - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
    11. - Os lances deverão ser formulados em valores unitários, distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
    12. - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
    13. - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
    14. - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art44) [123, de 2006,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art44) regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm)
    15. - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, quando devidamente credenciadas como tal, a preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
        1. O Pregoeiro convocará, através de comunicação automática do sistema do pregão eletrônico, a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos mesmos sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
           1. A convocação será feita mediante sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema, no caso de haver proposta empatada.
    16. - Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte.
    17. - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
        1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Licitante, juntada anteriormente aos autos do Processo.
    18. - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [Art. 14 da Lei nº 14.133/2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art14) legislação correlata e no item 4.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
12. Sistema de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP [(https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados](https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados))
13. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
14. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União [(https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc](https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc)).
    1. - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [Artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm#%3A~%3Atext%3D%C3%A0s%20seguintes%20comina%C3%A7%C3%B5es%3A-%2CArt.%2Cn%C2%BA%2012.120%2C%20de%202009))
    2. - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
    3. - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
    4. - Considerada aceitável a oferta de menor preço, e após a finalização de toda a fase de lances, serão avaliados os documentos de habilitação inseridos na Plataforma do Pregão Eletrônico pelos licitantes participantes, para habilitação final das propostas das empresas para os itens em que estão considerados como vencedores.
    5. - Para habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte, será obrigatória a apresentação da declaração indicada neste edital, e quanto da apresentação dos documentos indicados no ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
       1. Para efeito de assinatura do Contrato, a licitante enquadrada na alínea “i”, do deste Edital (microempresa, ou empresa de pequeno porte), que tenha apresentado restrições nos documentos de habilitação exigidos no edital e demais vinculados, deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à assinatura da ata, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
       2. A comprovação de que trata o subitem 14.3.2 do item 14 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando a partir do momento em que a licitante foi declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
    6. - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
    7. - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
    8. - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo CONTRATADO , no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
       1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
       2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
    9. - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
    10. - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
    11. - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [Art. 60](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art60) [da Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art60) nesta ordem:
15. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
16. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
17. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
18. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
    * 1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
19. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
20. empresas brasileiras;
21. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
22. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm#%3A~%3Atext%3DLEI%20N%C2%BA%2012.187%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.%26text%3DInstitui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20sobre%2CPNMC%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias)
    1. - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
       1. - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
       2. - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
       3. - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
       4. - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
       5. - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
    2. - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
    3. - Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender as exigências para a habilitação, não enviar a proposta de preços final conforme solicitado no subitem do edital, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
    4. – O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, seus catálogos e demais informações complementares, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação para fazê-lo.
    5. - Se não houver tempo suficiente para a finalização dos procedimentos previstos em um único momento, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
    6. - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
    7. - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
    8. - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
    9. - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
    10. - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

# DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO

* 1. – As habilitações serão apresentadas e cadastradas diretamente no sistema eletrônico, em campo específico, no momento do cadastro das propostas, não podendo o licitante alegar qualquer tipo de desconhecimento sobre as etapas necessárias para o seu preenchimento.

# - DA HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

* + 1. - O encaminhamento da habilitação para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros os documentos por ela anexados.
       1. - O encaminhamento da habilitação deverá, obrigatoriamente, ser efetuado por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, devendo ser inseridos todos os documentos abaixo dispostos. A não inserção dos documentos, implicará na desclassificação da empresa licitante, face à ausência de informações suficientes para sua habilitação.
       2. - É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão eletrônico, sob pena de desclassificação da empresa.
  1. – A Habilitação deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:
     1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA (Artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais atualizações)

a) A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

* + - 1. – Diante da apresentação de Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, os referidos documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
    1. – HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais atualizações)

1. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), pelo link de acesso: [(http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\_Solicitacao.asp?cnpj=](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj)).
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, pela apresentação da certidão conjunta relativa aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional da Secretaria da Receita Federal, pelo link de acesso: [(http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1)).
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicilio ou sede do licitante, mediante a apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.
6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, pelo link de acesso: ([https://consulta-](https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf) [crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)).
7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, pela apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, de forma a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante o referido Órgão. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011), pelo link de acesso: [(https://www.tst.jus.br/certidao](https://www.tst.jus.br/certidao)).
8. DECLARAÇÃO da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso VI do Artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, conforme modelo do ANEXO IX;
   * + 1. – Todas as “Certidões Negativas” exigidas nas alíneas de “c” a “g”, poderão ser apresentadas e aceitas, ainda que no formado de “Certidão Positiva com efeito de Negativa”.
     1. - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais atualizações)

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão eletrônica.

* + - 1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada em atendimento à exigência da alínea “a” acima for positiva, deverá a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

# – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão, ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório de mercadorias semelhantes ao objeto da licitação;

# – OUTRAS COMPROVAÇÕES

1. Declaração emitida pela licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do ANEXO VI;
2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante de que a proponente não foi declarada inidônea, bem como não está cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitações, junto a órgãos da Administração Pública, direta, indireta ou fundacional, em virtude de contratos firmados anteriormente. (Modelo ANEXO VI).
3. Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. (Modelo ANEXO VI).
4. Declaração de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação. (Modelo ANEXO VI).
5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Modelo ANEXO VI).
6. Indicação do responsável, ou responsáveis que assinarão o Contrato e o Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa, ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador, juntar o instrumento de mandato. (Modelo ANEXO VI).
7. Indicação das informações bancárias da conta corrente da empresa, constando: o nome do Banco, Agência e nº da conta corrente / pessoa jurídica. (Modelo ANEXO VI).
8. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, que deverá ser apresentada nos termos do modelo estabelecido no ANEXO V do Edital.
9. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte: Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006, que deverá ser apresentada de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO VII deste Edital.

# - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

* + 1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

# Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise, e agilizar os trabalhos da equipe de apoio do pregão.

* + 1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração, em conformidade ao disposto no Art. 3º da Lei Federal nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 (Selo de Desburocratização e Simplificação). De acordo com o Art. 3º da Lei Federal nº 13.726/2018 incisos I, II, III, IV e V, aos quais são transcritos na sequência, é dispensada a exigência de:

1. - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
2. - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
3. - juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;
4. - apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;
5. - apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura;
   * 1. Os documentos emitidos via internet, dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério do Pregoeiro a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme item 14.4.1. deste Edital.
     2. Todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar em nome da licitante/CONTRATADO e, preferencialmente, constando o número do respectivo CNPJ. Se a licitante/CONTRATADO for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
        1. os Pedidos a serem efetuados e, posteriormente, as Notas Fiscais deverão ser emitidos pelo CNPJ habilitado no procedimento licitatório para participar do certame, e fornecer o bem objeto do presente edital, obedecendo ao estabelecido no item 14.4.5.
     3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
        1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para ﬁns de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8660.htm) ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
     4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
        1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
     5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei [(Art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art63)).
     6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
     7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
     8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
     9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma do Pregão Eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
        1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
     10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
     11. A verificação dos documentos na Plataforma do Pregão Eletrônico ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
         1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
         2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
     12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [(Lei 14.133/21, art. 64](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art64)):
6. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
7. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
   * 1. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eﬁcácia para fins de habilitação e classificação.
     2. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.4.13.
     3. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
     4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação/assinatura do contrato, e não como condição para participação na licitação [(Art. 42º da Lei Complementar nº 123/2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art42)).
     5. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
     6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
     7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
     8. Caso haja divergência entre os documentos solicitados na Plataforma do Pregão Eletrônico e os do edital, deverão prevalecer os documentos solicitados no edital que é a Lei Interna da Licitação, porém, nesses casos, após a verificação do Pregoeiro de inconsistências e divergências na Plataforma do Pregão Eletrônico, serão solicitados os documentos complementares à licitante vencedora, que serão posteriormente disponibilizados no campo DOCUMENTOS da plataforma para conferência e acompanhamento das demais licitantes.

# - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

* + 1. Se a participante for microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins do exercício do direito de preferência de contratação e privilégios concedidos pelo disposto nos art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016, deverá efetuar o cadastramento em campo específico do sistema eletrônico e apresentar declaração, quando do encaminhamento dos documentos de habilitação, a ser elaborada de acordo com o Modelo estabelecido no ANEXO VII deste Edital.
    2. Para a obtenção dos benefícios referentes à legislação acima citada, as licitantes deverão apresentar documentos que comprovem que as mesmas se encontram enquadradas no porte de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).
    3. Entende-se por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), àquelas enquadradas nos limites determinados no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016, a saber:

1. no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais);
2. no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais).
   * + 1. Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, o produto de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
     1. Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar toda a documentação exigida nesta cláusula nona, inclusive os referentes à regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, cuja exigência far-se-á apenas para os fins de assinatura do contrato, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016.
     2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for comunicado oficialmente de que foi declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
     3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do art. 43, da LC nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do Art. 90 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

# DAS AMOSTRAS

* 1. A entrega das amostras será agendada para apos 72 (setenta e duas) horas de abertura do certame e após declarado a vencedora(s). Declarado o vencedor, o pregoeiro designará e constará em ata e ou mensagem no chat o dia e horário para realização para entregas das amostras, que deverá ser feita na Departamento Municipal de Merenda, no endereço: Rua José dos Santos Lisboa Junior, nº 42 centro – Iporanga/SP, para degustação e análise pelo CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE E NUTRICIONISTA.
     1. - Amostras fornecidas serão possíveis de distribuição parcial ou total e não serão devolvidas, tampouco subtraídas quando a entrega do objeto.
  2. - As amostras apresentadas deverão ter as marcas e especificações iguais ao da proposta financeira que deverão obedecer às indicações do Edital.
  3. - Na entrega das amostras os produtos deverão constar marca numa relação emitida em duas vias.
  4. - As amostras apresentadas deverão ser encaminhadas em embalagens que assegure a sua chegada em perfeitas condições de analise, devidamente identificadas (nome da licitante, modalidade, n° da licitação). A contratante não se responsabilizará por amostras que seja entregue com embalagens danificadas e/ou em condições para analise.
  5. - As amostras dos gêneros alimentícios perecíveis deverão ser entregue em embalagens do tipo isopor ou outro equivalente, devidamente, identificado para garantir a conservação do os produtos, do contrario não serão recebidos.
  6. - As amostras deverão ser entregues na Departamento Municipal de Merenda, no endereço: Rua José dos Santos Lisboa Junior, nº 42 centro – Iporanga/SP.
  7. A empresa que não realizar a entrega da amostra de modo injustificado sofrerá as sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002.
  8. No Art. 17 §3 da Lei 14.133/2021, diz Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Os itens da Amostra são: 2,4,5,13,14,15,16,17,20, 21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,35,36,37,38,39, 40,41,42,43,44,45, 46, 47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,70, 71,71, 72, 73,74,76, 130,133, 134, 135,137,138,139,140,141,142,143,144,145,146,147,148,149,150 e 151.

# DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL

* 1. Com a finalização das fases de lances e de habilitação da sessão pública virtual, as licitantes declaradas vencedoras deverão encaminhar seus lances finais e vencedores na proposta nos termos do modelo da Proposta de Preços Final – Anexo II deste Edital, em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas, no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, em conformidade ao disposto no subitem 11 do edital, devendo conter os seguintes elementos:

1. A denominação/razão social; CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail, banco, agência, número da conta corrente e data;
2. Número do Pregão e do Processo;
3. Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I, nos termos do modelo da Proposta de Preços Final - ANEXO II deste Edital, e indicação da marca/modelo do item cotado.
4. Preço unitário e total de cada item, observando-se a unidade de referência descrita na planilha do Edital e em moeda nacional com no máximo 02 (duas) casas decimais e totais, apurado à data de sua apresentação. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos operacionais, como por exemplo: embalagens, transportes, seguros, tributos de qualquer natureza, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas, diretas ou indiretas relacionadas ao fornecimento dos produtos.
5. Apresentar apenas uma marca (nome comercial) ou fabricante, bem como a descrição completa e detalhada dos itens licitados, constando a apresentação do produto (fórmulas, acondicionamento, embalagem, procedência, etc.) de maneira a demonstrar que o produto cotado atende às especificações técnicas exigidas.
6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Decorridos esses prazos, sem convocação para assinatura do contrato ou retirada de documento equivalente, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
   * 1. - A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito fornecimento do objeto desta licitação, será interpretada como não existente, ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
     2. - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista para cada item, ou a cotação parcial de um item deste Edital.
     3. - As licitantes poderão incluir nas respectivas propostas informações adicionais, catálogos, ou quaisquer outros elementos elucidativos sobre a mesma.
        1. - As informações (conforme item 10.2.1.1. do Edital) deverão ser compatíveis com as descrições do Termo de Referência – Anexo I.
     4. - Prazos de entrega: Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.
     5. - Forma de entrega: a entrega dos produtos serão registrados pelo presente procedimento, pelo período de 12 (doze) meses, será parcelada e deverá ser solicitada mediante apresentação de empenho e/ou pedido expedido pela seção competente da CONTRATANTE .
     6. - Locais de entrega/prestação de serviços: Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

# - Para os efeitos da descrição a ser feita, nos termos do edital, o concorrente deverá considerar que as referências dos produtos, assim como algumas características mais específicas, eventualmente encontradas nas especificações técnicas, são meramente descritivas, e não restritivas. O concorrente poderá apresentar modelos, marcas ou catálogos alternativos, desde que comprove, de forma satisfatória ao ÓRGÃO LICITANTE, que o bem que oferece é substancialmente equivalente ou superior ao requerido na cláusula primeira deste edital.

* + 1. - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos e, uma vez aberta, a proposta se achará vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte da proponente.
    2. - Os itens/marcas/modelos cotados nas propostas das licitantes deverão ser de 1ª qualidade, novos e originais, bem como deverão atender as especificações técnicas, e os prazos de garantia de fábrica.
  1. - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
     1. - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
  2. – Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (Inciso II Art. 12º da Lei Federal nº 14.133/2021).
     1. - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
  3. - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
  4. - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
  5. - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares (catálogo) estarão disponíveis na internet, após a homologação.

# DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

* 1. - Declarado o vencedor e após informação pela plataforma do Pregão Eletrônico de data e hora para a liberação da fase de manifestação de recurso, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar, dentro do prazo de 30 (trinta) minutos a partir do avanço de fase no sistema (liberação de manifestação de recursos), imediata e motivadamente a sua intenção. É de extrema importância o acompanhamento diário da plataforma pelos licitantes participantes de modo a se evitar a perca de prazo para a manifestação de recurso, não podendo posteriormente alegar desconhecimento dos prazos disponibilizados devido ao não acompanhamento da plataforma.
  2. - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [Art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165)
  3. - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, respeitando-se o prazo para manifestação de recurso conforme informado no subitem 16.1 acima disposto.
  4. - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura DO CONTRATO de habilitação ou inabilitação;
3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do Art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art17§1) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação DO CONTRATO de julgamento.
   1. - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
   2. - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão (Pedido de RECONSIDERAÇÃO) no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior RECURSO HIERÁRQUICO), a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
   3. - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
   4. - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   5. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
   6. - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   7. - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br/)

# (Acesso Identificado).

* 1. - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

# DA ASSINATURA DO CONTRATO

# 17.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal de IPORANGA, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de CONTRATADO es/prestadores de serviços a serem registrados, convocará os interessados para a assinatura DO CONTRATO, que terá efeito de compromisso de fornecimento/prestação de serviços nas condições estabelecidas.

* 1. - A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Setor de Licitações – Departamento Municipal de Licitações, à Praça Padre Caiaffa, nº 70, Centro, – CEP 18.330-000– IPORANGA /SP, para assinar o Contrato / CONTRATO. Poderá ainda assinar digitalmente o Contrato / CONTRATO encaminhada através de meios digitais (e- mail: [lct@iporanga.sp.gov.br](mailto:lct@iporanga.sp.gov.br).
  2. O não cumprimento do disposto no item 17.2 acima, onde a Adjudicatária se recuse a assinar o Contrato / CONTRATO, injustificadamente, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, ficando a Adjudicatária sujeita à aplicação das sanções e penalidades previstas no item 22 deste Edital.

# DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

* 1. O Contrato (quando utilizada) terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, período durante o qual o CONTRATANTE não será obrigado a adquirir o produto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo contrato, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantido ao CONTRATADO , neste caso, o contraditório e a ampla defesa. Em conformidade ao Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de vigência DO CONTRATO será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
  2. A Prefeitura Municipal de IPORANGA utilizar-se-á de termo (s) de contrato (s) decorrentes deste certame, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais atualizações.
  3. - O Contrato permanecerá válido por um período de 12 (doze) meses, contados da assinatura; na forma do [Artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art105)
     1. Desta forma, em conformidade ao § 4º do Art. 91 da Lei Federal nº 14.133/2021, “antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo”.

# DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

* 1. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados nos locais e horários a serem indicados pela municipalidade de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência.
  2. Da entrega de produtos: Os produtos cujos preços são registrados pelo presente procedimento, deverão ser entregues parceladamente, conforme programação e solicitação emitida pela seção competente, atendendo às necessidades dos Departamentos e Seções solicitantes da CONTRATANTE ; devendo ser entregues e descarregados por funcionários da CONTRATADA nos locais a serem indicados pela municipalidade, correndo por conta da CONTRATADA as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
     1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes em sua proposta, que deverá ser apresentada de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência – ANEXO I.
     2. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes na proposta do CONTRATADO . O objeto deverá ser entregue acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, no local e endereço a serem informados pelo setor competente da CONTRATANTE , quando da solicitação de entrega.
     3. Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica a CONTRATADA obrigado a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação a ser expedida pelo CONTRATANTE , ou imediatamente; sob a pena de incidência nas sanções capituladas no item 22 e subitens deste Edital.
     4. Constatadas irregularidades na execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:

1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
2. Na hipótese de substituição, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias uteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
3. Se disser respeito à diferença quantitativa ou qualitativa, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
4. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias uteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

19.4. O CONTRATANTE reserva o direito de adquirir no todo, ou em pa+++rte os itens/serviços do presente instrumento licitatório.

# DA FORMA DE PAGAMENTO

* 1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo CONTRATADO , deverá ser entregue juntamente com os produtos, no local indicado pela seção competente da CONTRATANTE . O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
  2. O pagamento da Nota Fiscal seguirá o Cronograma de Desembolso estabelecido pelo CONTRATANTE , sendo efetuado no seguinte período de: 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, desde que a mesma seja entregue, devidamente atestada, na Seção de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, Orçamento e Finanças.

# A CONTRATADA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com cada Nota Fiscal emitida, as Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), pela apresentação da certidão conjunta relativa aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional da Secretaria da Receita Federal; ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, pela apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, atualizadas até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência.

20.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da CONTRATADA a ser informada junto com a documentação de sua proposta.

* 1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas aa CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
  2. Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos, feriados, ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

# DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

21.1. Os direitos e obrigações, assim como demais condições para execução do objeto pretendido, constam no Termo de Referência – Anexo I do edital, bem como no modelo de Contrato/– Anexo III do edital.

# DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
     1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
     2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
        1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
        2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
        3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
        4. deixar de apresentar amostra (quando solicitado);
        5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
     3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
        1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
     4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
     5. fraudar a licitação
     6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
        1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
        2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
        3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
     7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
     8. praticar ato lesivo previsto no [Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm#art5)
  2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
     1. advertência;
     2. multa;
     3. impedimento de licitar e contratar e
     4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
  3. Na aplicação das sanções serão considerados:
     1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
     2. as peculiaridades do caso concreto;
     3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
     4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
     5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
     1. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
     2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
  5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
  6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
  7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
  8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [Art. 156, §5º, da](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5) [Lei n.º 14.133/2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5)
  9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
  10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
  11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
  12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
  13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
  14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

# DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

* 1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) [2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
  2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
  3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através da Plataforma do Pregão Eletrônico (em campo próprio, ou ainda através de e-mail para o endereço eletrônico [lctiporanga .sp.gov.br.](mailto:licitacao@jacupiranga.sp.gov.br)
  4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
     1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excecional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
  5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. Ficará registrado o resultada do presente pregão sessão pública na plataforma de sistema eletrônico.
  2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
  3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília- DF.
  4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
  5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
  6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
  7. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos; não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.
  8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
  9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
  10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
  11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.iporanga .sp.gov.br,](http://www.jacupiranga.sp.gov.br/) bem como na Plataforma do Pregão Eletrônico.
  12. Fica eleito o Foro da Comarca de IPORANGA , para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta licitação, com renúncia a qualquer outro por mais especial que seja.
  13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

# ANEXO I – Termo de Referência;

* + - 1. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar (Esses anexos constam em arquivos separados);

# ANEXO III – Proposta Comercial – Cota principal (aberta)/ Cota (Reservada) ME-EPP-MEI; (Esses anexos constam em arquivos separados);

* + 1. ANEXO IIII – Minuta do Contrato;

# ANEXO IV – Modelo de Credenciamento do Representante da Licitante / Nomeação de Representante Legal;

* + 1. ANEXO V – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

# ANEXO VI – Declaração de Conformidade;

* + 1. ANEXO VII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

# ANEXO VIII - Termo de Ciência e Notificação;

* + 1. ANEXO IX – Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

Iporanga-SP, 20 de Outubro de 2023.

ALESSANDRO MENDES RODRIGUES

Prefeito Municipal de Iporanga

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **JUTIFICATIVA:** Essa solicitação se faz necessária devido à necessidade de fornecimento de Merenda Escolar ofertada nas escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, tanto na zona rural quanto urbana, para o ano letivo de 2023, conforme preceitua a legislação vigente e o ETP (Estudo Técnico Preliminar).

A presente aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do Município de Iporanga/SP, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção especifica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

Conforme estimativa mensal chegou-se aos quantitativos relacionados no TERMO DE REFERÊNCIA. Assim, poderemos continuar atendendo satisfatoriamente as necessidades de nossos Alunos.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

– OBJETO Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

1. – DO FORNECIMENTO

3.1. As quantidades relacionadas na tabela abaixo, deverão ser entregues de forma parcelada, conforme os quantitativos a serem solicitados pela contratante, dentro do período de 12 meses.

# - COTA ABERTA: AMPLA CONCORRENCIA (concorre todos os portes de empresas, inclusive MEs, EPPs e MEIs).

# - COTA RESERVADA: (CONCORRÊNCIA COM ITENS E QUANTITAIVOS EXCLUSIVOS PARA ME, MEI, EPP).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | PRODUTO | QDE. REQUIS. | UNIDADE | TIPO COTA |
| 1 | 013.0210 - ABACAXI DE PRIMEIRA QUALIDADE | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 2 | 013.0350 - CHÁ MATE TOSTADO NATURAL, EM CAIXAS DE 200 GRAMAS, ENTREGUE EM CAIXAS COM 30 UNIDADES. | 1200,0000 | CX | ABERTA |
| 3 | 013.0368 - BATATA NACIONAL COMUM, HIGIENIZADA (LAVADA) DE BOA QUALIDADE, COMPACTA, LISA. | 2000,0000 | KG | ABERTA |
| 4 | 013.0398 - AMIDO DE MILHO, SEM GLÚTEN EM CAIXINHAS DE 200G. VALIDADE MÁXIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 5 | 013.0399 - AVEIA EM FLOCOS FINOS CAIXINHAS EM 170G. VALIDADE MÁXIMA DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 6 | 013.0477 - ALHO NACIONAL DE PRIMEIRA QUALIDADE | 500,0000 | KG | ABERTA |
| 7 | 013.0478 - CEBOLA NACIONAL DE PRIMEIRA QUALIDADE | 600,0000 | KG | ABERTA |
| 8 | 013.0481 - LARANJA PERA, NACIONAL DE 1ª QUALIDADE | 2000,0000 | KG | ABERTA |
| 9 | 013.0482 - MAÇA (FUGI OU GOLDEN) DE 1ª QUALIDADE | 2000,0000 | KG | ABERTA |
| 10 | 013.0483 - MANGA TOMMY DE 1ª QUALIDADE | 1000,0000 | KG | ABERTA |
| 11 | 013.0484 - MELAO NACIONAL DE 1ª QUALIDADE | 1000,0000 | KG | ABERTA |
| 12 | 013.0577 - MELANCIA NACIONAL DE 1ª QUALIDADE. | 1000,0000 | UN | ABERTA |
| 13 | 013.0715 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER SABOR MANTEIGA, PACOTE DE 0,400 GRAMAS ENTREGUE EM CAIXAS COM 12 PACOTES, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO. | 1600,0000 | PCT | ABERTA |
| 14 | 013.0716 - BISCOITO TIPO ROSQUINHA (CHOCOLATE, BAUNILHA OU COCO). PACOTE DE 0,500 GRAMAS ENTREGUE EM CAIXAS COM 12 PACOTES, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO. | 1600,0000 | PCT | ABERTA |
| 15 | 013.0829 - CAFE EM PÓ. 1ª QUALIDADE; TRADICIONAL, A VÁCUO, TORRADO E MOÍDO; A PACOTE 500 GRAMAS; COM REGISTRO DA DATA DE FABRICAÇÃO. | 1488,0000 | PCT | ABERTA |
| 16 | 013.0832 - COLORIFICO EM PÓ, EMBALAGENS 80G. | 300,0000 | PCT | ABERTA |
| 17 | 013.0929 - CREME DE LEITE 200GR INGREDIENTES: CREME DE LEITE PADRONIZADO A 17% DE GORDURA, LEITE EM PÓ DESNATADO, ESTABILIZANTES CELULOSE MICROCRISTALINA E CITRATO DE SÓDIO E ESPESSANTES CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, GOMA XANTANA E CARRAGENA. | 700,0000 | UN | ABERTA |
| 18 | 013.0941 - MAMÃO PAPAYA DE 1 QUALIDADE | 600,0000 | KG | ABERTA |
| 19 | 013.0944 - UVA PRETA SEM SEMENTES , PRIMEIRA LINHA EM EMBALAGENS DE 500 GRAMAS | 300,0000 | KG | ABERTA |
| 20 | 013.1027 - CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO: ACÉM EM CUBOS IQF - CARNE PROVENIENTE DE ESPÉCIE BOVINA, ABATIDOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, DEVE ESTAR DENTRO DOS PADRÕES CITADOS PELO REGULAMENTO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE ORIGEM ANIMAL, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E EXCESSO DE GORDURA IN NATURA, E TAMBÉM APÓS O PREPARO. DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGENS E APONEVROSES). DEVEM SER CORTADOS EM CUBOS EM EQUIPAMENTO APROPRIADO E CONGELADOS EM TÚNEL DE CONGELAMENTO COM TECNOLOGIA IQF (INDIVIDUAL QUICK FROZEN) PARA CONGELAMENTO INDIVIDUAL. OS CUBOS DEVERÃO TER CERCA DE 2 A 3 CM. O PRODUTO DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS, LIVRE DE MANCHAS. EMBALADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, APROVADA PARA CONTATO DIRETO COM ALIMENTOS, SEM PERFURAÇÕES OU VAZAMENTOS, LACRADA POR TERMOSSOLDAGEM, ROTULADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM RÓTULO LITOGRAFADO, DE FORMA CLARA E INDELÉVEL. MANTIDA A TEMPERATURA MÁXIMA DE -12°C E TRANSPORTADA EM CONDIÇÕES QUE PRESERVEM TANTO AS CARACTERÍSTICAS DO ALIMENTO CONGELADO, COMO TAMBÉM A QUALIDADE DO MESMO QUANTO AS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS. LIPÍDEOS MÁX. 10G POR 100G. VALIDADE: 9 (NOVE) MESES À CONTAR DA DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: 1 A 2KG. APRESENTAR FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. | 2500,0000 | KG | ABERTA |
| 21 | 013.1028 - CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO: PATINHO EM CUBOS IQF - CARNE (PATINHO) PROVENIENTE DE ESPÉCIE BOVINA, ABATIDOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, DEVE DENTRO DOS PADRÕES CITADOS PELO REGULAMENTO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE ORIGEM ANIMAL, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E EXCESSO DE GORDURA IN NATURA, E TAMBÉM APÓS O PREPARO. DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGENS E APONEVROSES). DEVEM SER CORTADOS EM CUBOS EM EQUIPAMENTO APROPRIADO E CONGELADOS EM TÚNEL DE CONGELAMENTO COM TECNOLOGIA IQF (INDIVIDUAL QUICK FROZEN) PARA CONGELAMENTO INDIVIDUAL. OS CUBOS DEVERÃO TER CERCA DE 2 A 3 CM. O PRODUTO DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS, LIVRE DE MANCHAS. EMBALADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, APROVADA PARA CONTATO DIRETO COM ALIMENTOS, SEM PERFURAÇÕES OU VAZAMENTOS, LACRADOS POR TERMOSSOLDAGEM, ROTULADOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM RÓTULO LITOGRAFADO, DE FORMA CLARA E INDELÉVEL. MANTIDA A TEMPERATURA MÁXIMA DE -12°C E TRANSPORTADA EM CONDIÇÕES QUE PRESERVEM TANTO AS CARACTERÍSTICAS DO ALIMENTO CONGELADO, COMO TAMBÉM A QUALIDADE DO MESMO QUANTO AS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS. VALIDADE: 9 (NOVE) MESES À CONTAR DA DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: 1 A 2KG. APRESENTAR FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. | 2500,0000 | KG | ABERTA |
| 22 | 013.1029 - CARNE BOVINA MOIDA - PATINHO COM LEGUMES IQF: CARNE BOVINA PATINHO, EM ISCAS, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, CONGELADA INDIVIDUALMENTE PELO SISTEMA IQF (INDIVIDUALLY QUICK FROZEN), ACRESCIDOS DE LEGUMES (30% MILHO) PREVIAMENTE HIGIENIZADOS, FRACIONADOS E CONGELADOS IQF, SEM ADIÇÃO DE TEMPEROS, TRANSPORTADA E CONSERVADA EM TEMPERATURA DE -18°C COM TOLERÂNCIA DE ATÉ -12°C; COM ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS; FIRME, CONSISTENTE, NÃO PEGAJOSA, SEM MANCHAS ESVERDEADAS E CRISTAIS DE GELO; ISENTA DE PARASITAS, CARTILAGENS, OSSOS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR ALTERAÇÕES E VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES. EM UMA PORÇÃO DE 100G DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 15G DE PROTEÍNA E MÁXIMO 5G DE GORDURA TOTAL. EMBALAGEM PRIMARIA DEVERÁ SER SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APROPRIADO PARA ALIMENTOS; PESANDO 2 KG. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E IDENTIFICAÇÃO DO SIF/SISP/DIPOA. OGANHADORDEVERÁAPRESENTARPARA ANÁLISE DA COMISSÃO, AMOSTRA, FICHA TÉCNICA E LAUDO BROMATOLÓGICO E REGISTRO DO PRODUTO. | 2000,0000 | KG | ABERTA |
| 23 | 013.1030 - CARNE BOVINA EM ISCAS - PATINHO COM LEGUMES IQF: CARNE BOVINA PATINHO, EM ISCAS, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, CONGELADA INDIVIDUALMENTE PELO SISTEMA IQF (INDIVIDUALLY QUICK FROZEN), ACRESCIDOS DE LEGUMES (30% LEGUMES - CENOURA 15%, MILHO 7,5% E ERVILHA 7,5%) PREVIAMENTE HIGIENIZADOS, FRACIONADOS E CONGELADOS IQF., SEM ADIÇÃO DE TEMPEROS, TRANSPORTADA E CONSERVADA EM TEMPERATURA DE -18°C COM TOLERÂNCIA DE ATÉ -12°C; COM ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS; FIRME, CONSISTENTE, NÃO PEGAJOSA, SEM MANCHAS ESVERDEADAS E CRISTAIS DE GELO. AS ISCAS DEVEM SER CORTADOS EM PEDAÇOS PEQUENOS E UNIFORMES (COM APROXIMADAMENTE 48MM X 12MM). EM UMA PORÇÃO DE 100G DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 20G DE PROTEÍNA, MÁXIMO 6G DE GORDURA TOTAL E MÁXIMO DE 15G DE CARBOIDRATO. EMBALAGEM PRIMARIA DEVERÁ SER SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APROPRIADO PARA ALIMENTOS; PESANDO 2 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E IDENTIFICAÇÃO DO SIF/SISP/DIPOA. O GANHADOR DEVERÁ APRESENTAR PARA ANÁLISE DA COMISSÃO, AMOSTRA, FICHA TÉCNICA E LAUDO BROMATOLÓGICO E REGISTRO DO PRODUTO. | 2000,0000 | KG | ABERTA |
| 24 | 013.1031 - CARNE DE FRANGO - SOBRECOXA EM CUBOS IQF: CARNE DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO IN NATURA, CORTADA EM CUBOS, OBTIDO A PARTIR DE AVES SADIAS, ABATIDAS SOB PREVIA INSPEÇÃO SANITÁRIAS; CONGELADOS INDIVIDUALMENTE PELO SISTEMA IQF (INDIVIDUALLY QUICK FROZEN); TRANSPORTADA E CONSERVADA EM TEMPERATURA DE -18°C COM TOLERÂNCIA DE ATÉ -12°C; COM ASPECTO, COR, SABOR E ODOR PRÓPRIOS, SEM CRISTAIS DE GELO ISENTA DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR ALTERAÇÕES. OS CUBOS DEVEM SER CORTADAS EM PEDAÇOS PEQUENOS E UNIFORMES (APROX. 2X2 OU 3X3 OU 4X4CM). EMBALAGEM PRIMARIA SACO PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, APROPRIADO PARA ALIMENTOS, COM CAPACIDADE PARA 1 KG OU 2 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES.EM UMA PORÇÃO DE 100G DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 17G DE PROTEÍNA E MÁXIMO 6G DE GORDURA TOTAL.PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E IDENTIFICAÇÃO DO SIF/SISP/DIPOA. O GANHADOR DEVERÁ APRESENTAR PARA ANÁLISE DA COMISSÃO, AMOSTRA, FICHA TÉCNICA E LAUDO BROMATOLÓGICO E REGISTRO DO PRODUTO. | 2500,0000 | KG | ABERTA |
| 25 | 013.1032 - CARNE DE FRANGO MOIDA IQF: CARNE DE FRANGO COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, FORMATADA, TIPO ALMONDEGA, CONGELADOS INDIVIDUALMENTE PELO SISTEMA IQF (INDIVIDUALLY QUICK FROZEN) TRANSPORTADOS E CONSERVADOS EM TEMPERATURA DE -18°C COM TOLERÂNCIA DE ATÉ -12°C; COM ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS; FIRME, CONSISTENTE, NÃO PEGAJOSA, SEM MANCHAS ESVERDEADAS E CRISTAIS DE GELO; ISENTA DE PARASITAS, CARTILAGENS, OSSOS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR ALTERAÇÕES. AS ALMONDEGAS DEVEM SER PROPORCIONADOS EM GRAMATURA DE 15G A 25G CADA, COM VALIDADE MÍNIM DE 4 MESES. EM UMA PORÇÃO DE 100G DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 16G DE PROTEÍNA E MÁXIMO 5G DE GORDURA TOTAL. EMBALAGEM PRIMARIA DEVERÁ SER SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APROPRIADO PARA ALIMENTOS; PESANDO 2 KG. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E IDENTIFICAÇÃO DO SIF/SISP/DIPOA. O GANHADOR DEVERÁ APRESENTAR PARA ANÁLISE DA COMISSÃO, AMOSTRA, FICHA TÉCNICA E LAUDO BROMATOLÓGICO E REGISTRO DO PRODUTO. | 1500,0000 | KG | ABERTA |
| 26 | 013.1033 - CARNE DE FRANGO TIPO SASSAMI (ISCAS DE PEITO DE FRANGO) - DE PRIMEIRA QUALIDADE. ASPECTO FIRME, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSO, SEM ACÚMULO DE LÍQUIDOS EM SEU INTERIOR, COM COR E CHEIRO ADEQUADOS, SENDO QUE, SUAS CARACTERÍSTICAS DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DO RIISPOA E ANVISA, TENDO CERTIFICADO DE INSPEÇÃO DO SIM, SIP OU SIF. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE ATÓXICA ADEQUADA DE 1 KG, CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO E REGISTRO, EM CADA EMBALAGEM. DEVERÁ SER TRANPOSRTADO EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS, EM EMBALAGENS E TEMPERATURA ADEQUADAS. | 2500,0000 | KG | ABERTA |
| 27 | 013.1034 - CAÇÃO EM CUBOS - CAÇÃO SEM PELE CONGELADO EM CUBOS, ÍNTEGRO, LIMPO, EVISCERADO, SEM OSSO, CARTILAGENS E PARASITAS, MANIPULADO SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, LIVRE DE RESÍDUOS DE VÍSCERAS, MANCHAS E DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E QUAISQUER OUTROS CONTAMINANTES. CADA CUBO DEVERÁ TER EM MÉDIA 25 A 40 GRAMAS. APÓS DESCONGELAMENTO, O PRODUTO DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICA, ATÓXICA, TERMOSSOLDADA, RESISTENTE, COMPATÍVEL AO CONTATO DIRETO COM ALIMENTOS, COM RÓTULO LITOGRAFADO, DE FORMA CLARA E INDELÉVEL, CONFORME LEGISLAÇÃO. CAPACIDADE DE ACONDICIONAMENTO DE 1 A 2KG. VALIDADE MÍNIMA DE 9 (NOVE MESES) A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, SOB TEMPERATURA MÁXIMA -12º C E TRANSPORTADA EM CONDIÇÕES QUE PRESERVEM TANTO ASCARACTERÍSTICAS DO ALIMENTO CONGELADO, COMO TAMBÉM A QUALIDADE DO MESMO QUANTO AS CARACTERÍSTICAS FÍSICOQUÍMICAS. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES E COM REGISTRO NO SIF, SISP OU DIPOA. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA E A EMBALAGEM DEVE CONSTAR PESO LÍQUIDO (ANTES DO CONGELAMENTO) E PESO BRUTO APÓS CONGELAMENTO. APRESENTAR FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. | 700,0000 | KG | ABERTA |
| 28 | 013.1035 - CARNE BOVINA CURADA, SALGADA E DESSECADA (CARNE SECA) JARKED BEEF TRASEIRO EM PACOTE DE 400 G. | 600,0000 | PCT | ABERTA |
| 29 | 013.1036 - LINGUIÇA CALABRESA, COR , ODOR E SABOR PRÓPRIO EM PACOTES DE 200 GRAMAS. | 500,0000 | KG | ABERTA |
| 30 | 013.1037 - IOGURTE: liquido em embalagens recicláveis de 120g a 150g em fardos com 20 unidades, sabores variados, com Dados de Fabricação (lote, procedência e S.I.F) e validade de até 45 dias. | 3600,0000 | UN | ABERTA |
| 31 | 013.1038 - IOGURTE 0% LACTOSE: sabor morango ou frutas vermelhas: consistência líquida e odor característico. Com certificado de inspeção. Embalagem de 850g e 950g. Entrega em carro refrigerado. Data de fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega | 30,0000 | UN | ABERTA |
| 32 | 013.1039 - MARGARINA VEGETAL COM SAL, cremosa, zero de gordura trans, rica em vitaminaA, lipidio 60%. Embalagem pote com 500 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de valida quantidade do produto, modo de conservação e possuir a certificação do IMA ou SIF. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega | 576,0000 | POT | ABERTA |
| 33 | 013.1040 - MARGARINA ZERO LACTOSE, pote 250 gramas. | 20,0000 | POT | ABERTA |
| 34 | 013.1041 - OVOS DE GALINHA, de granja, branco, tamanho grande, de primeira, frescos. Isento de sujidades, acondicionados em embalagem apropriada, em pentes com 30 unidades. Com prazo de validade de, no máximo, 30 dias a contar da data de entrega | 1600,0000 | DZ | ABERTA |
| 35 | 013.1042 - POLPA DE FRUTA integral de 1ª qualidade, congelada, 100% polpa da fruta. Rendimento 200 ml. Especificação sabores: maracujá, obtida de frutas frescas, sãs e maduras com características físicas, químicas e organolépticas do fruto; produto não diluído, não fermentado, obtido de frutos polposos; não deverá conter terra, sujidade, parasitas, fragmentos de insetos e pedaços das partes não comestíveis da fruta e da planta; sem conservador químico. Transportada sob-refrigeração adequada. Com ficha técnica de produção (informações nutricionais e CEVS) , prazo de validade e dados do fabricante. O produto deverá ser entregue congelado. | 240,0000 | KG | ABERTA |
| 36 | 013.1043 - POLPA DE FRUTA integral de 1ª qualidade, congelada, 100% polpa da fruta. Rendimento 200 ml. Sabores variados. obtida de frutas frescas, sãs e maduras com características físicas, químicas e organolépticas do fruto; produto não diluído, não fermentado, obtido de frutos polposos; não deverá conter terra, sujidade, parasitas, fragmentos de insetos e pedaços das partes não comestíveis da fruta e da planta; sem conservador químico. Transportada sob-refrigeração adequada. Com ficha técnica de produção (informações nutricionais e CEVS) , prazo de validade e dados do fabricante. O produto deverá ser entregue congelado. | 240,0000 | KG | ABERTA |
| 37 | 013.1044 - ARROZ PARBOILIZADO: grupo beneficiado, subgrupo parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, em pacotes de 5 kilos sendo entregue em fardos com 30 kilos e com validade de no Maximo 1 ano a contar da entrega. | 640,0000 | PCT | ABERTA |
| 38 | 013.1045 - ARROZ BRANCO: grupo beneficiado, subgrupo parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, em pacotes de 5 kilos sendo entregue em fardos com 30 kilos e com validade de no Maximo 1 ano a contar da entrega. | 160,0000 | PCT | ABERTA |
| 39 | 013.1046 - CHOCOLATE EM PÓ 50% Cacau em pó solúvel, açúcar e aromatizante, COM 200 GRAMAS. Mais suave, obtido através da combinação do cacau e açúcar. Seu manuseio é fácil e proporciona um leque de usos na culinária. ótimo para ser dissolvido em líquidos ou incorporado a outros ingredientes, Não contém glúten | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 40 | 013.1047 - ALIMENTO A BASE DE SOJA (LEITE DE SOJA) ZERO ADIÇÃO DE AÇÚCAR, sem adição de suco de fruta, deve ter como principal ingrediente o extrato de soja, 0% lactose e 0% colesterol e fonte de proteínas, enriquecido com vitaminas e minerais, possuir o mínimo de 240mg de cálcio para uma porção de 200 ml do produto, deve ser adoçado com o edulcorante sucralose Embalagem de 1 litro. Na embalagem deve constar os ingredientes, datas de fabricação e validade e número do lote | 360,0000 | UN | ABERTA |
| 41 | 013.1048 - ACHOCOLATADO EM PÓ ZERO LACTOSE: DIET VITAMINADO Ingredientes: Maltodextrina; Cacau Lecitinado; Vitaminas e Minerais (Minerais: Ferro, Zinco e Selênio; Vitaminas: A, D, E, B1, B2, C, Nicotinamida, Ácido Pantotênico, B6, Ácido Fólico, B12). Edulcorantes Artificiais: Ciclamato de Sódio, Aspartame, Sacarina Sódica e Acesulfame de Potássio; Aromatizante e Antiumectante: Dióxido de Silício. | 12,0000 | UN | ABERTA |
| 42 | 013.1049 - AÇAFRÃO da terra em pó pacotes de 50 gramas cada. | 300,0000 | UN | ABERTA |
| 43 | 013.1050 - AÇÚCAR CRISTALIZADO: em pacotes de 05 kg, validade máxima de 1 ano a contar da data da entrega. | 800,0000 | PCT | ABERTA |
| 44 | 013.1051 - AZEITONA VERDE SEM CAROÇO: salmoura (água e sal), conservadores benzoato de sódio e sorbato de potássio e antioxidantes ácido cítrico e ácido isoascórbico. Pack 160g | 400,0000 | UN | ABERTA |
| 45 | 013.1052 - BISCOITO DOCE, TIPO MARIA SEM LACTOSE. Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa de farinha de trigo preparada com farinhas, amidos, féculas, fermentadas ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Umidade máxima de 6%. Ingredientes mínimos: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, açúcar, fermentos químicos e estabilizante lecitina de soja. Observação: Não deve conter lactose. Embalagem: dupla, sendo a interna em polipropileno bi-orientado e a externa em filme laminado flexível composto de polipropileno bi-orientado, pesando 500 g. Validade mínima de 6 meses após a data de entrega. | 1600,0000 | PCT | ABERTA |
| 46 | 013.1053 - BISCOITO TIPO AMANTEIGADO: sabores: coco ou leite . Pacote de 0,290 gramas. Contém: farinha de trigo enriquecida e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido invertido, leite em pó , manteiga. | 1600,0000 | PCT | ABERTA |
| 47 | 013.1054 - Ervilha em CONSERVA, lata de 170 gramas | 300,0000 | UN | ABERTA |
| 48 | 013.1055 - Milho em conserva , lata de 170 gramas | 300,0000 | UN | ABERTA |
| 49 | 013.1056 - EXTRATO DE TOMATE: com os ingredientes tomate, açúcar e sal, sem glúten em latas de 350 gramas, entregue em caixas de 24 unidades, validade de 1 ano. | 3000,0000 | UN | ABERTA |
| 50 | 013.1057 - FERMENTO ACÉTICO DE ÁLCOOL E VINHO BRANCO, pet com 750 ml, entregue em caixas com 12 unidades e com data de validade de até um ano. | 212,0000 | PET | ABERTA |
| 51 | 013.1058 - FEIJÃO CARIOCA, classe cores, Tipo 1, grupo 1 em pacotes de 1 kilo, entregue em fardos de 30 kg, com validade de 1 ano. | 960,0000 | PCT | ABERTA |
| 52 | 013.1059 - FEIJÃO PRETO, classe cores, Tipo 1, grupo 1 em pacotes de 1 kilo, entregue em fardos de 30 kg, com validade de 1 ano. | 210,0000 | PCT | ABERTA |
| 53 | 013.1060 - FERMENTO EM PÓ: ingredientes: Amido de milho geneticamente modificado (espécies doadoras: agrobacterium tumefaciens, bacilus thuringiensis, sphingobium herbicidorovans, streptomyces viridochromogenes e zea mays), bicarbonato de sódio, fosfato monocálcico e carbonato de cálcio. Embalagens de 100 gramas. | 500,0000 | UN | ABERTA |
| 54 | 013.1061 - FERMENTO BIOLÓGICO FRESCO (Saccharomyces cerevisiae meyen). Não Contém Glúten.Ele é um ingrediente fundamental para o preparo de bolos, tortas, biscoitos, pães e pizzas, entre outras delicias. Temos dois tipos: QUÍMICO para bolos, tortas, panquecas e biscoitos e BIOLÓGICO para pães e pizzas.Embalagens de 10 gramas. | 660,0000 | UN | ABERTA |
| 55 | 013.1062 - FARINHA DE MILHO- pacote de 1 kilo.Entregue em fardos de 30 kilos , com validade máxima de até 1 ano. | 576,0000 | PCT | ABERTA |
| 56 | 013.1063 - FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO enriquecido com Ferro e ácido fólico, em embalagens de 1 kilo | 1500,0000 | PCT | ABERTA |
| 57 | 013.1064 - FUBÁ MIMOSO FINO, sem glúten, enriquecido com Ferro e ácido fólico, embalagens de 1 kilo. | 400,0000 | PCT | ABERTA |
| 58 | 013.1065 - FORMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO APARTIR DE 12 MESES, lata com 800 gramas. | 60,0000 | LT | ABERTA |
| 59 | 013.1066 - FORMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO APARTIR DE 6 A 12 MESES: lata com 800 gramas. | 60,0000 | LT | ABERTA |
| 60 | 013.1067 - PREPARO PARA MINGAU DE ARROZ E AVEIA, sachê de 230 gramas, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade. | 20,0000 | UN | ABERTA |
| 61 | 013.1068 - PREPARO PARA MINGAU MULTICEREAIS, sachê de 230 gramas, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade. | 20,0000 | UN | ABERTA |
| 62 | 013.1069 - Macarrão (pasta alimentícia) FUSILLI com ingredientes de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico corante natural de urucum, com ovos em embalagem de 500g . Validade de 1 ano. | 2400,0000 | PCT | ABERTA |
| 63 | 013.1070 - Macarrão (pasta alimentícia) AVE MARIA com ingredientes de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico corante natural de urucum, , massa com ovos , em embalagens de 0.500 gramas. Validade de 1 ano. | 1920,0000 | PCT | ABERTA |
| 64 | 013.1071 - Macarrão de sêmola com ovos, ESPAGUETE em embalagens de 0.500 gramas. Validade de 1 ano. | 2400,0000 | PCT | ABERTA |
| 65 | 013.1072 - MACARRÃO DE ARROZ SEM GLÚTEN: | 200,0000 | PCT | ABERTA |
| 66 | 013.1073 - ÓLEO DE SOJA: refinado, 100% natural. não deve apresentar mistura de outros óleos e cheiro forte. embalagem: garrafa "pet" c/ 900 ml. validade: mínimo de 4 meses após o ato da entrega. | 1200,0000 | PET | ABERTA |
| 67 | 013.1074 - LEITE EM PÓ; INTEGRAL; EMBALAGEM COM 400 G. | 1600,0000 | UN | ABERTA |
| 68 | 013.1075 - LEITE ULTRAPASTEURIZADO (UHT), INTEGRAL, com teor mínimo de 3,0% (três por cento) de gordura. caixa longa vida com 1l, rotulado conforme legislação vigente e atendendo as normas da rdc nº 12, de 01/01/01 da anvisa/ms. data de fabricação máxima de 30 dias. | 6912,0000 | UN | ABERTA |
| 69 | 013.1076 - LEITE ULTRAPASTEURIZADO (UHT), integral sem lactose. Fortificado com ferro e vitaminas c, a e d. caixa longa vida com 1l, rotulado conforme legislação vigente. Data de fabricação máxima de 30 dias. | 144,0000 | UN | ABERTA |
| 70 | 013.1077 - QUEIJO MUSSARELA: fatiado em embalagens de 4 a 4,5 kilos . Com dados de origem, identificação de validade, conforme a lei vigente. | 240,0000 | UN | ABERTA |
| 71 | 013.1078 - PRESUNTO COZIDO: sem gordura em embalagens de 3kg a 3,700 kg. com dados de origem , identificação de validade, conforme a lei vigente. | 200,0000 | UN | ABERTA |
| 72 | 013.1079 - OREGANO, embalagem de 50 gr | 300,0000 | UN | ABERTA |
| 73 | 013.1080 - PÃO DE LEITE, embalagens com 10 unidades, validade de 1mês . | 1600,0000 | UN | ABERTA |
| 74 | 013.1081 - SARDINHA: ao próprio suco com óleo comestível, fonte de Cálcio, Omega # e sem conservadores, em latas de 125g e no sistema abre fácil. Validade de 1 ano. | 2000,0000 | UN | ABERTA |
| 75 | 013.1082 - SAL: refinado iodado em pacotes de 1 kilo. Validade de 1 ano. | 360,0000 | PCT | ABERTA |
| 76 | 013.1083 - MAIONESE: 0% de gordura trans, conter ômega 3 e Fonte de Vit. E. Embalagem plástica de 500g | 500,0000 | POT | ABERTA |
| 77 | 021.1576 - ACENDEDOR MULTIUSO: É IDEAL PARA ACENDER FOGÃO, VELA, CHURRASQUEIRA E LAREIRA. COM VISOR QUE POSSIBILITA VER A QUANTIDADE DE GÁS E UM GANCHO RETRÁTIL PARA ARMAZENAMENTO. | 50,0000 | UN | ABERTA |
| 78 | 021.1577 - FÓSFORO: CAIXA CONTENDO 10 CAIXINHAS COM 40 PALITOS DE MADEIRA COM PONTA EM PÓLVORA. | 200,0000 | MÇ | ABERTA |
| 79 | 021.1578 - SACOLA DE MATERIAL: PLÁSTICO REFORÇADO, TAMANHO 50X60 CM . | 100,0000 | KG | ABERTA |
| 80 | 021.1579 - SACO PLÁSTICO: TRANSPARENTE PARA CESTA BÁSICA REFORÇADO. TAMANHO: 50X80 CM EM PACOTES COM 100 UNIDADES | 10,0000 | PCT | ABERTA |
| 81 | 021.1580 - SACO DE AMOSTRA COM TARJA : DIMENSÕES 15X35X0,10 CM EM PACOTES COM 500 UNIDADES | 10,0000 | PCT | ABERTA |
| 82 | 021.1581 - BOBINA PLÁSTICA PICOTADA TAMANHO 30X40 CM. | 10,0000 | KG | ABERTA |
| 83 | 021.1582 - EMBALAGEM PARA PÃO CASEIRO TRANSPARENTE LISO: PLÁSTICO EM POLIPROPILENO PP, TRANSPARENTE, BRILHANTE,. MODELO 20X40 0,06 . COM 100 UNIDADES CADA | 15,0000 | PCT | ABERTA |
| 84 | 021.1583 - BOBINA PICOTADA 40 CM X 60CM: COM 400 UNIDADES DE SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES. PODE USAR NO FREEZER | 5,0000 | UN | ABERTA |
| 85 | 021.1584 - AMARRILHO: ARAME PARA FECHAR EMBALAGENS PACOTE COM 500 PEÇAS | 5,0000 | PCT | ABERTA |
| 86 | 021.1585 - PRENDEDOR DE ROUPA DE PLÁSTICO E GALVANIZADO. TAMANHO 8,5 X 1,1 EMBALAGEM COM 12 UNIDADES. | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 87 | 021.1586 - CORDA PLÁSTICA PARA VARAL: PLÁSTICO DE 15 METROS EM EMBALAGENS COM 5 UNIDADES. | 80,0000 | UN | ABERTA |
| 88 | 022.0392 - ÁGUA SANITÁRIA: PRODUTO PARA LIMPEZA À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,00% P/P E 2,5% P/P. PRODUTO BIODEGRADÁVEL, BACTERICIDA E GERMICIDA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR: RÓTULO INDICANDO DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, MARCA, PRINCIPIO ATIVO E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E CONTEÚDO LÍQUIDO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PLÁSTICO RESISTENTE (QUE NÃO ESTOURE NO EMPILHAMENTO E DE ACORDO COM ABNT/NBR 13390: 05/1995), DE MATERIAL FLEXÍVEL E RESISTENTE, COM 02 LITRO APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO - FISPQ, DE ACORDO COM NBR 14725. | 960,0000 | UN | ABERTA |
| 89 | 022.0393 - ÁLCOOL EM GEL 70% : PARA DESINFECÇÃO, COM AÇÃO ANTIBACTERIANA, FRASCO COM 500 GRAMAS. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO - FISPQ, DE ACORDO COM NBR 14725. | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 90 | 022.0394 - ÁLCOOL LIQUIDO: LIMPA, DESINFETA E PROTEGE. DADOS FÍSICO-QUÍMICOS: ASPECTO: LÍQUIDO, COR: INCOLOR, DENSIDADE: 0,870G/CM3, TEOR ALCOÓLICO: 68° - 72° INPM | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 91 | 022.0395 - DESINFETANTE: PARA USO GERAL: DESINFETA, DESODORIZA, LIMPA E PERFUMA, INIBE PROLIFERAÇÃO DE MICRORGANISMOS CAUSADORES DE MAUS ODORES, AÇÃO FUNGICIDA E BACTERICIDA. EMBALAGEM COM 2 LITROS | 960,0000 | UN | ABERTA |
| 92 | 022.0396 - LIMPADOR MULTIUSO: PARA LIMPEZA PESADA, IDEAL PARA LIMPEZA DE GRANDES SUPERFÍCIES (LAVÁVEIS) COMO PISOS E AZULEJOS DE COZINHAS E BANHEIROS.EM EMBALAGENS DE 500 ML, APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 93 | 022.0397 - SABÃO EM BARRA 200 GRAMAS: NEUTRO, GLICERINADO, EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO - ISPQ, DE ACORDO COM NBR 14725. | 200,0000 | UN | ABERTA |
| 94 | 022.0398 - SAPONÁCEO EM PÓ: FRASCO CONTENDO 300G. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 95 | 022.0399 - BALDE DE PLÁSTICO 15 LITROS: PLÁSTICO, COM ALÇA DE METAL, COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS. | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 96 | 022.0400 - ESCOVA PARA LAVAR ROUPA: EM FIO NYLON COM BASE PLÁSTICA | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 97 | 022.0401 - ESPONJA DUPLA FACE: ESPONJA PARA LAVAGEM DE LOUÇAS E LIMPEZA EM GERAL DUPLA FACE, SINTÉTICA PARA LIMPEZA - ESPUMA DE POLIURETANO, COM ABRASIVO EM UMA FACE, ANTIBACTÉRIAS; FORMATO QUADRADO. MEDIDAS APROXIMADAS (VARIÁVEL 10%): 12 CM X 8 CM X 2 CM DE ESPESSURA. | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 98 | 022.0402 - ESPONJA DE LÃ DE AÇO: PACOTE COM 8X1 UNIDADE DE AÇO, NÃO ABRASIVA , TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO. | 400,0000 | PCT | ABERTA |
| 99 | 022.0403 - FLANELA PARA LIMPEZA 100 % ALGODÃO: PELUCIADA EM AMBOS OS LADOS, AMARELA. MEDINDO APROXIMADAMENTE (VARIÁVEL 10%) 40X60CM | 200,0000 | UN | ABERTA |
| 100 | 022.0404 - FRALDA DESCARTÁVEL: TAMANHO G: PACOTE COM 32 UNIDADES | 400,0000 | PCT | ABERTA |
| 101 | 022.0405 - FRALDA DESCARTÁVEL: TAMANHO XG PACOTE COM 30 UNIDADES. | 400,0000 | PCT | ABERTA |
| 102 | 022.0406 - FRALDA DESCARTÁVEL: TAMANHO XXG PACOTE COM 28 UNIDADES. DE +13 KILOS. | 400,0000 | PCT | ABERTA |
| 103 | 022.0407 - TOALHA UMEDECIDA: EMBALAGEM PLÁSTICA COM 92 UNIDADES. SUA FÓRMULA ENRIQUECIDA COM ALOE VERA AUXILIA NA HIDRATAÇÃO E REMOVE DELICADAMENTE AS IMPUREZAS.POSSUI SISTEMA PUXA FÁCIL, SEM ÁLCOOL ETÍLICO, É TESTADA DERMATOLOGICAMENTE. | 500,0000 | UN | ABERTA |
| 104 | 022.0408 - LIXEIRA PLÁSTICA 15 LITROS :TAMPA BASCULANTE VAI E VEM. MATERIAL: FABRICADA EM POLIPROPILENO,CAPACIDADE: 15 LITROS | 40,0000 | UN | ABERTA |
| 105 | 022.0409 - LIMPA VIDRO: LIMPADOR DE VIDROS , FRASCO COM 500 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA, APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA-AFE, NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR | 240,0000 | UN | ABERTA |
| 106 | 022.0410 - LUVA DESCARTÁVEL AMBIDESTRA: CAIXA COM 100 UNIDADES PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CONFECCIONADA EM VINIL, SEM PÓ, NÃO ESTÉRIL. DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. HIPOALERGÊNICA (LIVRE DE LÁTEX) TAMANHO G. | 500,0000 | CX | ABERTA |
| 107 | 022.0411 - LUVA BORRACHA G: LUVA PARA SEGURANÇA - CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX; PARA MULTIUSO; TAMANHO MÉDIO, CANO CURTO; TIPO TODOS OS DEDOS, ANTIALÉRGICA, COR AMARELA, EMBALAGEM COM 1 PAR. TAMANHO G. PRODUZIDA EM CONFORMIDADE COM A NBR 13393/1995. | 300,0000 | PAR | ABERTA |
| 108 | 022.0412 - LUVA BORRACHA M: LUVA PARA SEGURANÇA - CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX; PARA MULTIUSO; TAMANHO MÉDIO, CANO CURTO; TIPO TODOS OS DEDOS, ANTIALÉRGICA, COR AMARELA, EMBALAGEM COM 1 PAR. TAMANHO M. PRODUZIDA EM CONFORMIDADE COM A NBR 13393/1995. | 300,0000 | PAR | ABERTA |
| 109 | 022.0413 - PÁ PARA LIXO: DE PLÁSTICO COM CABO DOBRÁVEL PARA FACILITAR O ARMAZENAMENTO DO LIXO; POSSUI APOIO PARA FIRMAR A PÁ COM O PÉ, DEIXANDO AS DUAS MÃOS LIVRES PARA O MANUSEIO DA VASSOURA. | 30,0000 | UN | ABERTA |
| 110 | 022.0414 - POMADA ANTI ASSADURA: DERMATOLOGICAMENTE TESTADA PRESENTE NA COMPOSIÇÃO NISTATINA + OXIDO DE ZINCO E EM EMBALAGEM COM 60 GRAMAS. USO ADULTO E PEDIÁTRICO. | 200,0000 | UN | ABERTA |
| 111 | 022.0415 - RODO BORRACHA 60 CM RODO: RODO DE PLÁSTICO 60 CM S/ CABO; RODO DE PLÁSTICO COM BORRACHA EVA PRETA, ALTA EFICIÊNCIA NA SECAGEM DE SUPERFÍCIES. | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 112 | 022.0416 - SACO LIXO 100 L REFORÇADO PARA LIXO,COR PRETA E DE POLIETILENO, EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. | 400,0000 | PCT | ABERTA |
| 113 | 022.0417 - SACO LIXO 50 L REFORÇADO PARA LIXO,COR PRETA E DE POLIETILENO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. | 320,0000 | PCT | ABERTA |
| 114 | 022.0418 - SABÃO EM PÓ : FLORAL,800 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SODIO; ALCALINIZANTES; COADJUVANTES; ENZIMAS; SINERGISTA; FRAGRÂNCIA; BRANQUEADOR ÓPTICO; CORANTE; CARGA; ÁGUA. | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 115 | 022.0419 - TOALHA DE ROSTO: TECIDO É 100% ALGODÃO FELPUDO CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: MEDIDAS : 70CM POR 45CM MATERIAL : 100% ALGODÃO. GRAMATURA : 67G | 1000,0000 | UN | ABERTA |
| 116 | 022.0420 - TOALHA PLÁSTICA EM ROLO: CONTENDO ESTAMPAS FLORAIS. COMPOSIÇÃO: FILME DE 100%PVC, LARGURA: 1,38M | 3,0000 | UN | ABERTA |
| 117 | 022.0421 - TOALHA DE BANHO: LISA, CORE SORTIDAS COM A COMPOSIÇÃO: 99% ALGODÃO 1% POLIÉSTER. COMPRIMENTO DA TOALHA 120 CM E LARGURA 63 CM | 200,0000 | UN | ABERTA |
| 118 | 022.0422 - SABONETE LÍQUIDO: EMBALAGEM COM 500 ML PARA LIMPEZA DAS MÃOS, COM AS SEGUINTES PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS PH 100% : 5,5 - 6,0 APARÊNCIA E ODOR: LÍQUIDO AZUL, BRANCO OU VERDE PEROLADO E PERFUMADO. DENSIDADE: 1,005 - 1,008 G/CM³ VISCOSIDADE: 1,000 - 1,5000 CPS (VISCOSÍMETRO FUNGILAB VISCO BASIC SPINDLE 3/20 RPM. TEMPERATURA 20º A 25º. SOLUBILIDADE NA ÁGUA: 100% DILUIÇÃO: PRONTO PARA USAR. SEM DILUIR. VOLÁTIL: FRAGRÂNCIA VOLÁTIL. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO - FISPQ, DE ACORDO COM NBR 14725 | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 119 | 022.0423 - PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO:, FOLHA DUPLA FOLHAS, PACOTE COM 4 UNIDADES DE 60 METROS X 10 CM CADA, ALTA MACIEZ E RESISTÊNCIA, 100% CELULOSE. | 3200,0000 | UN | ABERTA |
| 120 | 022.0424 - PANO DE CHÃO: SACO XADREZ FECHADO DUPLO, 100% ALGODÃO.TAM.GRANDE 45X68 CM | 400,0000 | UN | ABERTA |
| 121 | 022.0425 - PANO DE COPA: EM SACARIA 100% ALGODÃO SACO ALVEJADO MEDINDO 71 CM X 43 CM. | 300,0000 | UN | ABERTA |
| 122 | 022.0426 - VASSOURA MÁGICA MOP SPRAY LIMPADOR COM RESERVATÓRIO, PARA USO EM PISO FRIOS,SINTÉTICOS E MADEIRA SEM DEGASTAR OU MANCHAR OS MESMOS. | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 123 | 022.0427 - MOP GIRATÓRIO 3 EM1, BALDE COM 12 LITROS E 3 OPÇÕES DE REFIS, ( MICROFIBRA, TIRA PÓ E LIMPEZA PESADA) | 100,0000 | UN | ABERTA |
| 124 | 022.0428 - PANO DE ALTA PERFORMANCE: INDICADO PARA LIMPEZA DE OBJETOS, SUPERFÍCIES E CADA CANTINHO DA CASA. COM TECIDO 100 POR CENTO MICROFIBRAS QUE RETÉM MUITO MAIS PÓ E REVELAM O BRILHO. PODEM SER LAVADOS EM MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS. REALÇA O BRILHO. SUPER-RESISTENTE. NÃO SOLTA PELOS. EMBALAGENS COM 3 UNIDADES, MEDINDO 30X 30 CM. | 150,0000 | PCT | ABERTA |
| 125 | 022.0429 - PULVERIZADOR DE PLÁSTICO 500ML - TRANSPARENTE | 250,0000 | UN | ABERTA |
| 126 | 022.0430 - LAVA-LOUÇAS ANTIBAC, ALÉM DE PRÁTICO, CUIDA, HIGIENIZA E PROTEGE SUAS LOUÇAS E SUA FAMÍLIA, ELIMINANDO 99,9% DAS BACTÉRIAS E GERMES¹. EFICIENTE E COM TECNOLOGIA DE CONTROLE DE ODOR QUE AJUDA A COMBATER OS ODORES INDESEJADOS DAS LOUÇAS COMO O DE PEIXE, ALHO, OVO E CEBOLA. EMBALAGENS DE 500 ML | 2400,0000 | UN | ABERTA |
| 127 | 022.0431 - VASSOURA NYLON - BASE DE PLÁSTICO RESISTENTE MEDINDO 30 CENTÍMETROS; COM CABO DE MADEIRA, DE 120 (CENTO E VINTE) CENTÍMETROS. | 800,0000 | UN | ABERTA |
| 128 | 022.0432 - RODO ESPONJA LAVA LIMPA: VIDRO E BOXE BANHEIRO MANUAL S/ CABO, MEDIDAS: ALTURA TOTAL 7 CM X LARGURA 7 CM X COMPRIMENTO 25,5 CM. | 60,0000 | UN | ABERTA |
| 129 | 022.0433 - ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE BANHEIRO: EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE. | 200,0000 | UN | ABERTA |
| 130 | 013.0350 - CHÁ MATE TOSTADO NATURAL, EM CAIXAS DE 200 GRAMAS, ENTREGUE EM CAIXAS COM 30 UNIDADES. | 300,0000 | CX | RESERVADA |
| 131 | 013.0481 - LARANJA PERA, NACIONAL DE 1ª QUALIDADE | 500,0000 | KG | RESERVADA |
| 132 | 013.0482 - MAÇA (FUGI OU GOLDEN) DE 1ª QUALIDADE | 500,0000 | KG | RESERVADA |
| 133 | 013.0715 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER SABOR MANTEIGA, PACOTE DE 0,400 GRAMAS ENTREGUE EM CAIXAS COM 12 PACOTES, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO. | 400,0000 | PCT | RESERVADA |
| 134 | 013.0716 - BISCOITO TIPO ROSQUINHA (CHOCOLATE, BAUNILHA OU COCO). PACOTE DE 0,500 GRAMAS ENTREGUE EM CAIXAS COM 12 PACOTES, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO. | 400,0000 | PCT | RESERVADA |
| 135 | 013.1039 - MARGARINA VEGETAL COM SAL, cremosa, zero de gordura trans, rica em vitaminaA, lipidio 60%. Embalagem pote com 500 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de valida quantidade do produto, modo de conservação e possuir a certificação do IMA ou SIF. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega | 144,0000 | POT | RESERVADA |
| 136 | 013.1041 - OVOS DE GALINHA, de granja, branco, tamanho grande, de primeira, frescos. Isento de sujidades, acondicionados em embalagem apropriada, em pentes com 30 unidades. Com prazo de validade de, no máximo, 30 dias a contar da data de entrega | 400,0000 | DZ | RESERVADA |
| 137 | 013.1042 - POLPA DE FRUTA integral de 1ª qualidade, congelada, 100% polpa da fruta. Rendimento 200 ml. Especificação sabores: maracujá, obtida de frutas frescas, sãs e maduras com características físicas, químicas e organolépticas do fruto; produto não diluído, não fermentado, obtido de frutos polposos; não deverá conter terra, sujidade, parasitas, fragmentos de insetos e pedaços das partes não comestíveis da fruta e da planta; sem conservador químico. Transportada sob-refrigeração adequada. Com ficha técnica de produção (informações nutricionais e CEVS) , prazo de validade e dados do fabricante. O produto deverá ser entregue congelado. | 60,0000 | KG | RESERVADA |
| 138 | 013.1043 - POLPA DE FRUTA integral de 1ª qualidade, congelada, 100% polpa da fruta. Rendimento 200 ml. Sabores variados. obtida de frutas frescas, sãs e maduras com características físicas, químicas e organolépticas do fruto; produto não diluído, não fermentado, obtido de frutos polposos; não deverá conter terra, sujidade, parasitas, fragmentos de insetos e pedaços das partes não comestíveis da fruta e da planta; sem conservador químico. Transportada sob-refrigeração adequada. Com ficha técnica de produção (informações nutricionais e CEVS) , prazo de validade e dados do fabricante. O produto deverá ser entregue congelado. | 60,0000 | KG | RESERVADA |
| 139 | 013.1044 - ARROZ PARBOILIZADO: grupo beneficiado, subgrupo parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, em pacotes de 5 kilos sendo entregue em fardos com 30 kilos e com validade de no Maximo 1 ano a contar da entrega. | 160,0000 | PCT | RESERVADA |
| 140 | 013.1045 - ARROZ BRANCO: grupo beneficiado, subgrupo parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, em pacotes de 5 kilos sendo entregue em fardos com 30 kilos e com validade de no Maximo 1 ano a contar da entrega. | 40,0000 | PCT | RESERVADA |
| 141 | 013.1050 - AÇÚCAR CRISTALIZADO: em pacotes de 05 kg, validade máxima de 1 ano a contar da data da entrega. | 200,0000 | PCT | RESERVADA |
| 142 | 013.1052 - BISCOITO DOCE, TIPO MARIA SEM LACTOSE. Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa de farinha de trigo preparada com farinhas, amidos, féculas, fermentadas ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Umidade máxima de 6%. Ingredientes mínimos: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, açúcar, fermentos químicos e estabilizante lecitina de soja. Observação: Não deve conter lactose. Embalagem: dupla, sendo a interna em polipropileno bi-orientado e a externa em filme laminado flexível composto de polipropileno bi-orientado, pesando 500 g. Validade mínima de 6 meses após a data de entrega. | 400,0000 | PCT | RESERVADA |
| 143 | 013.1053 - BISCOITO TIPO AMANTEIGADO: sabores: coco ou leite . Pacote de 0,290 gramas. Contém: farinha de trigo enriquecida e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido invertido, leite em pó , manteiga. | 400,0000 | PCT | RESERVADA |
| 144 | 013.1058 - FEIJÃO CARIOCA, classe cores, Tipo 1, grupo 1 em pacotes de 1 kilo, entregue em fardos de 30 kg, com validade de 1 ano. | 240,0000 | PCT | RESERVADA |
| 145 | 013.1062 - FARINHA DE MILHO- pacote de 1 kilo.Entregue em fardos de 30 kilos , com validade máxima de até 1 ano. | 144,0000 | PCT | RESERVADA |
| 146 | 013.1070 - Macarrão (pasta alimentícia) AVE MARIA com ingredientes de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico corante natural de urucum, , massa com ovos , em embalagens de 0.500 gramas. Validade de 1 ano. | 480,0000 | PCT | RESERVADA |
| 147 | 013.1074 - LEITE EM PÓ; INTEGRAL; EMBALAGEM COM 400 G. | 400,0000 | UN | RESERVADA |
| 148 | 013.1075 - LEITE ULTRAPASTEURIZADO (UHT), INTEGRAL, com teor mínimo de 3,0% (três por cento) de gordura. caixa longa vida com 1l, rotulado conforme legislação vigente e atendendo as normas da rdc nº 12, de 01/01/01 da anvisa/ms. data de fabricação máxima de 30 dias. | 1728,0000 | UN | RESERVADA |
| 149 | 013.1077 - QUEIJO MUSSARELA: fatiado em embalagens de 4 a 4,5 kilos . Com dados de origem, identificação de validade, conforme a lei vigente. | 60,0000 | UN | RESERVADA |
| 150 | 013.1078 - PRESUNTO COZIDO: sem gordura em embalagens de 3kg a 3,700 kg. com dados de origem , identificação de validade, conforme a lei vigente. | 50,0000 | UN | RESERVADA |
| 151 | 013.1080 - PÃO DE LEITE, embalagens com 10 unidades, validade de 1mês . | 400,0000 | UN | RESERVADA |
| 152 | 021.1586 - CORDA PLÁSTICA PARA VARAL: PLÁSTICO DE 15 METROS EM EMBALAGENS COM 5 UNIDADES. | 20,0000 | UN | RESERVADA |
| 153 | 022.0392 - ÁGUA SANITÁRIA: PRODUTO PARA LIMPEZA À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,00% P/P E 2,5% P/P. PRODUTO BIODEGRADÁVEL, BACTERICIDA E GERMICIDA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR: RÓTULO INDICANDO DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, MARCA, PRINCIPIO ATIVO E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E CONTEÚDO LÍQUIDO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PLÁSTICO RESISTENTE (QUE NÃO ESTOURE NO EMPILHAMENTO E DE ACORDO COM ABNT/NBR 13390: 05/1995), DE MATERIAL FLEXÍVEL E RESISTENTE, COM 02 LITRO APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO - FISPQ, DE ACORDO COM NBR 14725. | 240,0000 | UN | RESERVADA |
| 154 | 022.0393 - ÁLCOOL EM GEL 70% : PARA DESINFECÇÃO, COM AÇÃO ANTIBACTERIANA, FRASCO COM 500 GRAMAS. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO - FISPQ, DE ACORDO COM NBR 14725. | 200,0000 | UN | RESERVADA |
| 155 | 022.0394 - ÁLCOOL LIQUIDO: LIMPA, DESINFETA E PROTEGE. DADOS FÍSICO-QUÍMICOS: ASPECTO: LÍQUIDO, COR: INCOLOR, DENSIDADE: 0,870G/CM3, TEOR ALCOÓLICO: 68° - 72° INPM | 200,0000 | UN | RESERVADA |
| 156 | 022.0395 - DESINFETANTE: PARA USO GERAL: DESINFETA, DESODORIZA, LIMPA E PERFUMA, INIBE PROLIFERAÇÃO DE MICRORGANISMOS CAUSADORES DE MAUS ODORES, AÇÃO FUNGICIDA E BACTERICIDA. EMBALAGEM COM 2 LITROS | 240,0000 | UN | RESERVADA |
| 157 | 022.0396 - LIMPADOR MULTIUSO: PARA LIMPEZA PESADA, IDEAL PARA LIMPEZA DE GRANDES SUPERFÍCIES (LAVÁVEIS) COMO PISOS E AZULEJOS DE COZINHAS E BANHEIROS.EM EMBALAGENS DE 500 ML, APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. | 200,0000 | UN | RESERVADA |
| 158 | 022.0401 - ESPONJA DUPLA FACE: ESPONJA PARA LAVAGEM DE LOUÇAS E LIMPEZA EM GERAL DUPLA FACE, SINTÉTICA PARA LIMPEZA - ESPUMA DE POLIURETANO, COM ABRASIVO EM UMA FACE, ANTIBACTÉRIAS; FORMATO QUADRADO. MEDIDAS APROXIMADAS (VARIÁVEL 10%): 12 CM X 8 CM X 2 CM DE ESPESSURA. | 200,0000 | UN | RESERVADA |
| 159 | 022.0409 - LIMPA VIDRO: LIMPADOR DE VIDROS , FRASCO COM 500 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA, APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA-AFE, NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR | 60,0000 | UN | RESERVADA |
| 160 | 022.0416 - SACO LIXO 100 L REFORÇADO PARA LIXO,COR PRETA E DE POLIETILENO, EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. | 100,0000 | PCT | RESERVADA |
| 161 | 022.0417 - SACO LIXO 50 L REFORÇADO PARA LIXO,COR PRETA E DE POLIETILENO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. | 80,0000 | PCT | RESERVADA |
| 162 | 022.0418 - SABÃO EM PÓ : FLORAL,800 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SODIO; ALCALINIZANTES; COADJUVANTES; ENZIMAS; SINERGISTA; FRAGRÂNCIA; BRANQUEADOR ÓPTICO; CORANTE; CARGA; ÁGUA. | 200,0000 | UN | RESERVADA |
| 163 | 022.0422 - SABONETE LÍQUIDO: EMBALAGEM COM 500 ML PARA LIMPEZA DAS MÃOS, COM AS SEGUINTES PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS PH 100% : 5,5 - 6,0 APARÊNCIA E ODOR: LÍQUIDO AZUL, BRANCO OU VERDE PEROLADO E PERFUMADO. DENSIDADE: 1,005 - 1,008 G/CM³ VISCOSIDADE: 1,000 - 1,5000 CPS (VISCOSÍMETRO FUNGILAB VISCO BASIC SPINDLE 3/20 RPM. TEMPERATURA 20º A 25º. SOLUBILIDADE NA ÁGUA: 100% DILUIÇÃO: PRONTO PARA USAR. SEM DILUIR. VOLÁTIL: FRAGRÂNCIA VOLÁTIL. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - AFE. NO CASO DO LICITANTE SER DISTRIBUIDOR, APRESENTAR AFE/ANVISA COMO DISTRIBUIDOR. APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO - FISPQ, DE ACORDO COM NBR 14725 | 200,0000 | UN | RESERVADA |
| 164 | 022.0423 - PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO:, FOLHA DUPLA FOLHAS, PACOTE COM 4 UNIDADES DE 60 METROS X 10 CM CADA, ALTA MACIEZ E RESISTÊNCIA, 100% CELULOSE. | 800,0000 | UN | RESERVADA |
| 165 | 022.0431 - VASSOURA NYLON - BASE DE PLÁSTICO RESISTENTE MEDINDO 30 CENTÍMETROS; COM CABO DE MADEIRA, DE 120 (CENTO E VINTE) CENTÍMETROS. | 200,0000 | UN | RESERVADA |
| 166 | 022.0433 - ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE BANHEIRO: EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE. | 50,0000 | UN | RESERVADA |

4. **DAS ESPECIFICAÇÕES E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:**

* A contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos a serem entregues;
* Os Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar serão entregues de forma parcelada, no(s) local(is) determinados pela Secretaria Municipal de Educação por meio do Departamento Municipal de Alimentação Escolar.
* Os gêneros alimentícios deverão ser entregues de forma parcelada no seguinte endereço:
* Gêneros alimentícios (Industrializados e perecíveis) serão entregues diretamente no prédio do Departamento Municipal de Merenda Escolar, localizado na sede do município, conforme cronograma.
* O prazo de entrega dos produtos será de 15 (Quinze) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, ou conforme o cronograma de fornecimento estabelecido pelo Departamento Municipal de Alimentação Escolar.
* Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de alimentos com característica de cada produto (organolépticas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas), estabelecida pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento e pelas Autoridades Sanitárias Locais para cada gênero descrito conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber (SIM, SIE, SIF)
* Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas abaixo:

1. Identificação do produto;
2. Embalagem original e intacta,
3. Data de fabricação,
4. Data de validade,
5. Peso líquido,
6. Número do Lote,
7. Nome do fabricante;

Registro no órgão fiscalizador (SIM, SIE e SIF) quando couber.

* Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo e assinatura e as encaminhará a Prefeitura para pagamento.
* Local de Entrega:

|  |
| --- |
| **Local e Horário** |
| Local: Departamento de Alimentação Escolar, Sito a Rua José dos Santos Lisboa Junior, nº42 ,Centro, Iporanga/SP, CEP 18.330-000 |
| Horário: das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min |

5. **DAS AMOSTAS**

5.1. No Art. 17 §3 da Lei 14133/2021, diz: Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

5.2. Então queremos Amostra dos Itens Os itens da Amostra são: 2,4,5,13,14,15,16,17,20, 21,22,23,24,25,26,27,28,

29,30,31,32,33,35,36,37,38,39, 40,41,42,43,44,45, 46, 47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,

67,68,69,70, 71,71, 72, 73,74,76, 130,133, 134, 135,137,138,139,140,141,142,143,144,145,146,147,148,149,150 e 151.

6. **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** De acordo com o disposto no **art. 117, da Lei Federal nº-14.133/21**, o representante da Funcionaria: **Mariana Camargo Relva da Silva e CPF: 331.467.368-02** que atuará como fiscal será designado posteriormente.

# ANEXO IV - MINUTA DA ATA CONTRATO Nº 000/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 531/2023

PREGÃO ELETRONICO N° 020/2023

OBJETO: Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

Ata Contrato nº xxx/2023

Aos\_\_\_\_\_\_\_\_dias do mês de\_\_\_\_\_\_\_\_\_do ano de dois mil e vinte e três, na cidade de IPORANGA , Estado de São Paulo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA , pessoa jurídica de direito público sito a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ IPORANGA /SP, inscrita no CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 representada neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade de IPORANGA /SP, doravante denominado /CONTRATANTE, a empresa:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sito na \_\_ , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº , representada neste ato por , inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº , (cargo que ocupa na empresa), doravante denominado CONTRATADO /CONTRATADA; tendo em vista o que consta no Processo Administrativo N.º xxx/2023, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar a presente Ata Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico N.º xxx/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.:

# CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS

* 1. O presente instrumento de tem por objeto a Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência (Anexo I) e na Proposta Comercial (ANEXO III), que integram o edital que deu origem a presente formalização, conforme itens, preços e marcas constantes da presente ATA CONTRATO, nos termos e condições negociados a partir da proposta comercial da CONTRATADA; sendo que os documentos citados acima passam a ser parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.
  2. Vinculam esta Ata contrato, independentemente de transcrição:
     1. O Termo de Referência;
     2. O Edital da Licitação;
     3. A Proposta do contratado;
     4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

# CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

* 1. - O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.
  2. - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.
  3. A Contratada deverá entregar os objetos em até 15 (Quinze) dias depois do pedido de Compras/Empenho.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO OBJETO

* 1. O valor total da contratação é de R$ .......... (.....).
  2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É VEDADA a subcontratação do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIO**

5.1. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotação orçamentária a seguir:

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO [(Art. 92, V e VI](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo CONTRATADO , deverá ser entregue juntamente com os produtos/finalização dos serviços, no local indicado pela seção competente da CONTRATANTE . O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
  2. O pagamento da Nota Fiscal seguirá o Cronograma de Desembolso estabelecido pelo CONTRATANTE , sendo efetuado no seguinte período de: 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, desde que a mesma seja entregue, devidamente atestada, na Seção de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, Orçamento e Finanças.

# A CONTRATADA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com cada Nota Fiscal emitida, as Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), pela apresentação da certidão conjunta relativa aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional da Secretaria da Receita Federal; ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, pela apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, atualizadas até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência.

7.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da CONTRATADA no Banco:

# \_\_\_Agência. nº. \_\_\_ Conta Corrente/Pessoa Jurídica nº \_\_\_\_\_.

* 1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas aa CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
  2. Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([Art. 92, V)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)

* 1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento/Proposta da empresa vencedora, em */ / (DD/MM/AAAA)*.
  2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA*,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
  3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
  4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
  5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
  6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
  7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo (no caso de contrato).
  8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE [(Art. 92, X, XI e XIV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. São obrigações do Contratante:
  2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
  3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
  5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art143)
  7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
  8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
  9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município ou outra Seção necessária para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
      1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.
  12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (quando houver).
  13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [(Art. 92, XIV, XVI e XVII)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)

* 1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato/e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando do fornecimento de bens/equipamentos);
  3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor [(Lei nº 8.078, de 1990](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm));
  4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior [(Art. 137,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137) [II, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

# O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

* 1. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
  2. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
  3. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
  4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
  5. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação [(Art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));
  6. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas [(Art. 116, parágrafo único,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116) [da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));
  7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124)
  9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
  10. No caso de execução de serviços (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
  11. No caso de execução de serviços (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
  12. No caso de execução de serviços (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
  13. No caso de execução de serviços (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
  14. No caso de execução de serviços (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO [(Art. 92, XII e XIII](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução (Art. 96 da Lei nº 14.133/2021), devido a não haver exigência prevista no termo de referência.
     1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([Art. 92, XIV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) o contratado que:

1. der causa à inexecução parcial do contrato (quando da solicitação de fornecimento);
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. der causa à inexecução total do contrato
4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. praticar ato lesivo previsto no [Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm#art5)
   1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
9. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave [(Art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§2));
10. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave [(Art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§4));
11. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([Art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5)).

# Multa:

* 1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento) que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
  2. moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando houver).
     1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  3. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
  4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato/não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante [(Art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§9))
  5. Todas as sanções previstas neste Contrato/poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§7)).
     1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([Art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art157))
     2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([Art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§8)).
     3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
  6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [Art. 158 da Lei nº 14.133, de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art158) [2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art158) para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  7. Na aplicação das sanções serão considerados [(Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§1)):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm) serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([Art. 159](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm%25art159)).

* 1. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato/ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia [(Art. 160, da Lei nº](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art160) [14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art160)).
  2. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. [(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art161)).
  3. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [Art. 163 da Lei nº 14.133/21.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#163)
  4. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL [(Art. 92, XIX](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. O contrato/se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
  2. O contrato/pode ser extinto(a) antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [Artigo 137 da Lei nº 14.133/21,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137) bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
     1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [Artigos 138 e 139 da mesma Lei.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art138)
     2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
        1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
  3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
     1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
     2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
     3. Indenizações e multas.
  4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório [(Art. 131, caput*,* da Lei n.º 14.133, de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art131) [2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art131)).

.

# CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

* 1. A fiscalização e acompanhamento do objeto contratado ficará a cargo da(s) Secretaria(s) solicitante(s), por meio do gestor do contrato previamente designado, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços/fornecimento dos bens, obedecendo ao Termo de Referência/Projeto/Memorial descritivo, o Contrato/e aos demais documentos que o integram.

A empresa sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante.

* 1. A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e/ou prepostos. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela contratada, sem ônus para a contratante.
  2. Verificada a ocorrência da irregularidade injustificada no cumprimento do contrato/a fiscalização indicada pela CONTRATANTE adotará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação de penalidades, quando for o caso.
  3. A CONTRATADA obriga-se a permitir à fiscalização da CONTRATANTE, acesso a toda documentação pertinente e todos os dados, elementos e espaços físicos referentes à prestação dos serviços/fornecimento de bens, sempre que solicitado.
  4. Compete ainda à fiscalização da CONTRATANTE, elaborar as justificativas para instrução dos procedimentos que resultarem em Termos Aditivos (no caso de utilização de contrato) e as justificativas e fundamentações de quaisquer outros instrumentos de alteração contratual, bem como sugerir normas e orientações visando o exato cumprimento deste contrato.
  5. Fica designado pelo(a) Secretário(a) da Secretaria solicitante o responsável pela Gestão do Contrato/o Senhor(a) , bem como o responsável pela Fiscalização do contrato o Senhor(a) , conforme Portaria nº de / /2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS [(Art. 92, III](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92))

* 1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 –](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm) [Código de Defesa do Consumidor](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm) – e normas e princípios gerais dos contratos.
  2. Cabe ressaltar que no Acórdão n.º 2569/2018 – Plenário, o TCU concluiu que *“A Administração Pública pode invocar a Lei 8.078/1990 (CDC), na condição de destinatária final de bens e serviços, quando suas prerrogativas*

*estabelecidas na legislação de licitações e contratos forem insuficientes para garantir a proteção mínima dos interesses da sociedade [...]”.*

*(cf. Boletim de Jurisprudência n.º 244, sessões 6 e 7 de novembro de 2018). Consta do referido Acórdão, nesse sentido, que:*

*“307. Como é exposto no exame técnico transcrito no relatório do TC-016.501/2003-0, acolhido integralmente pelo Relator do Acórdão 1.670/2003-Plenário, Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, a Lei 8.078/1990 é aplicável à Administração Pública enquanto consumidora de bens e serviços. Isso porque ao definir, em seu art. 2º, ’consumidor’ como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a Lei não fez nenhuma exceção, podendo, portanto, a Administração Pública se utilizar de todos os direitos ali estabelecidos na condição de consumidora. Ainda de acordo com o citado relatório, esse é o entendimento dos doutrinadores Leon Fredja, Celso Bastos e Toshio Mukai. Diversas outras deliberações do TCU também vão nesse sentido, como o Acórdão 1.729/2008-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, o Acórdão 5.736/2011- TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, e as Decisões 634/1996 e 1.045/2000, ambas do Plenário, de relatoria dos ministros Homero Santos e Adylson Motta, respectivamente.”*

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

* 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124)
  2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (quando da utilização de contrato).
  3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art136)

# CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [Art. 94 da Lei 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art94) bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [Art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#art8§2) e Art. 10º do Decreto Municipal nº 1.809 de 05 de novembro de 2019.

# CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LGPD

17.1. - A CONTRATADA desempenhará os serviços/entregará os produtos com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, devendo respeitar, ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, pelo que se compromete a não divulgar, por nenhum meio, os dados pessoais a que teve acesso em virtude do presente contrato sob pena de responder pelos danos ocasionados pela sua divulgação, mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.

CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** – FORO [(Art. 92, §1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de ELDORADO-SP , excluído qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1)

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou - se o presente instrumento de Contrato o qual, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes:, CONTRATADO /CONTRATADA e testemunhas.

IPORANGA/SP , de de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA (Nome da empresa vencedora da licitação)

ALESSSANDRO MENDES RODRIGUES (Responsável pela empresa vencedora da licitação)

Prefeito Municipal Pelo CONTRATADA

Pelo CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º- NOME COMPLETO 2ºNOME COMPLETO

# ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE / NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

PREGÃO ELETRÔNICO N. º: 020/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: 531/2023

**OBJETO:** Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

|  |  |
| --- | --- |
| Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica) | |
| Nome (Razão Social): | |
| Ramo de Atividade: | |
| Endereço: | |
| Complemento: | Bairro: |
| Cidade: | UF: |
| CEP: | CNPJ/CPF: |
| Telefone Comercial: | Inscrição Estadual: |
| Representante Legal: | RG: |
| E-mail: | CPF: |
| Cargo: | Celular: |
| Resp. Financeiro: | |
| E-mail Financeiro: | Telefone: |
| ME/EPP: ( ) SIM ( ) NÃO | |

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento da Plataforma de Sistema Eletrônico, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
3. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
4. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
5. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
6. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo ao Termo de Adesão a Plataforma de Sistema Eletrônico - (LICITANTE DIRETO) abaixo disposto; e pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações (caso haja a cobrança).
7. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização (quando houver), conforme previsto no Regulamento da Plataforma de Sistema Eletrônico.
8. O Licitante autoriza a Plataforma de Sistema Eletrônico a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas (quando houver), nos prazos e condições definidos no Regulamento da Plataforma de Sistema Eletrônico.
9. (Cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O CONTRATADO /Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse, realizados por meio da Plataforma de Sistema Eletrônico, podendo a sociedade corretora, para tanto:
10. Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
11. Apresentar lance de preço;
12. Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
13. Solicitar informações via sistema eletrônico;
14. Interpor recursos contra atos do pregoeiro;
15. Apresentar e retirar documentos;
16. Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
17. Assinar documentos relativos às propostas;
18. Emitir e firmar o fechamento da operação; e
19. Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

|  |
| --- |
| Célula de Apoio (corretora): |
| Endereço: |
| CNPJ: |

1. O presente Termo de Adesão é válido até / / , podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

# ANEXO AO TERMO DE ADESÃO A PLATAFORMA DE SISTEMA ELETRÔNICO - (LICITANTE DIRETO)

Indicação de Usuário do Sistema

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Razão Social do Licitante: | | |
| CNPJ/CPF: | | |
| Operadores: | | |
| 01 | Nome: | |
|  | CPF: | Função: |
|  | Telefone: | Celular: |
|  | Fax: | E-mail: |
| 02 | Nome: | |
|  | CPF: | Função: |
|  | Telefone: | Celular: |
|  | Fax: | E-mail: |
|  | Responsável Financeiro | |
| 03 | Nome: | |
|  | CPF: | Função: |
|  | Telefone: | Celular: |
|  | Fax: | E-mail: |

7 - O Licitante reconhece que:

1. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Plataforma de Sistema Eletrônico nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
2. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Plataforma de Sistema Eletrônico, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
3. Perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Plataforma de Sistema Eletrônico, para o necessário bloqueio de acesso;
4. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e
5. O não pagamento da taxa (quando houver) ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Plataforma de Sistema Eletrônico, no Serviço de Proteção de Credito e no SERASA.

(LOCAL E DATA)

(REPRESENTANTE LEGAL)

OBS.: 1) Assinatura(s) do(s) outorgante(s) com PODERES para este fim conforme CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE, ou documento equivalente.

2) O credenciamento deverá vir acompanhado da documentação necessária para comprovação da validade do mesmo, conforme previsto no item 4 do Edital.

# DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

PREGÃO ELETRÔNICO N. º: 020/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: 531/2023

**OBJETO:** Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

A (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ sob n.º por seu representante legal (nome e qualificação do representante legal), vem pela presente, apresentar a V. Senhoria, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e DECLARAMOS que atendemos a todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

Local, ...... de de 2023.

Representante legal (Com carimbo da Empresa)

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)

# ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

PREGÃO ELETRÔNICO N. º: 020/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: 531/2023

**OBJETO:** Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

A empresa \_ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ sob n.º com sede à Rua

(endereço completo da licitante), por seu representante legal (nome e qualificação do representante legal), para fins de participação no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_, e em cumprimento à legislação e regulamentos vigentes, aos quais se submete, DECLARA que:

1. Inexiste fato impeditivo quanto à sua habilitação;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público em nenhuma esfera de Governo, não estando impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
3. Não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
4. Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
6. Cumpre as normas relativas à saúde, a segurança e a higiene no trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto, quaisquer responsabilidades que eventualmente possam recair sobre o Município de IPORANGA ;
7. Tomou conhecimento de todas as informações e especificações do Edital, e que aceita as condições nele estabelecidas, para o fiel cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
8. Examinou todos os documentos apresentados, bem como as especificações técnicas, tendo tomado conhecimento do grau de dificuldade e complexidade do objeto, bem como está ciente de que não poderá alegar desconhecimento para posterior alteração dos preços propostos, ou modificação nas especificações para o cumprimento integral do objeto da presente licitação;
9. Nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
10. Caso esta empresa venha a sagrar-se vencedora desta licitação, indica a seguir as informações solicitadas nas alíneas “f” e “g” do subitem 14.3.5. do edital:

Responsável (is)

que assinará (ão) o termo de contrato , c/ qualificação completa, cargo que ocupa(m), e, se procurador juntar o instrumento de mandato.

CPF/MF Nº RG Nº Data de Nascimento Endereço completo E-mail Institucional: E-mail Pessoal: Nº conta corrente/pessoa jurídica Agência Banco Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração:

Local, de de 2023.

Assinatura do Representante .

Razão Social da Empresa

Nome Completo do Representante da Empresa

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)

# ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

PREGÃO ELETRÔNICO N. º: 020/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: 531/2023

**OBJETO:** Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

DECLARO, sob penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº , é microempresa (ou empresa de pequeno porte), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos DECLARO conhecer na integra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2023, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA .

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

Local, de de 2023.

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)

Atesto para os devidos fins, que as declarações acima são verdadeiras.

# ANEXO VIII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

Contratada: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Contrato/Nº (de Origem): \_\_\_\_\_/2023

Data da Assinatura: \_\_/\_\_/2023

**Objeto: contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e utensílios de copa e cozinha para atender às demandas da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, assim como os órgãos vinculados a ela, como o CRAS, nas modalidades SCFV, PAIF, o Abrigo Bem Querer e o CAC, do município de Iporanga-SP, pelo período de 12 meses.**

Advogado (s) / Nº OAB / \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

# Estamos CIENTES de que:

1. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
2. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
3. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
4. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
5. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

# Damo-nos por NOTIFICADOS para:

1. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
2. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

# LOCAL e DATA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

# RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura:

# RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura:

# Pela contratada:

Nome: Cargo: CPF:

Assinatura:

# ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Cargo: CPF:

Assinatura: (\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

# ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

PREGÃO ELETRÔNICO N. º: 020/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: 531/2023

**OBJETO:** Aquisição futura e de forma parcelada de Gêneros alimentícios(Industrializados e Perecíveis) e Materiais de Limpeza, tendo em vista suprir as necessidades do Departamento Municipal de Merenda e unidades escolares ligadas a rede municipal de Educação do municipio de Iporanga/SP, pelo período de 12 (doze) meses, atraves de SRP (Sistema de Registro de Preços), de acordo com o Termo de Referência do Edital.

A empresa , por intermédio de seu representante legal

, portador da carteira de identidade e inscrito no CPF sob n.º

, declara para fins do disposto no Art. 68, inciso VI da Lei Federal n.° 14.133/2021 que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal n.° 9.854/99.

Local e Data: , , de de 2023.

Razão Social: \_

Nome do Responsável: Assinatura do Responsável:

Carimbo CNPJ